



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 492 - DE 08 A 23 DE FEVEREIRO DE 2015 - R\$ 3,00

**Na Grécia, as massas se desviaram
da ação direta para a saída eleitoral,
elegendo um governo pequeno burguês.
A chave da situação está na construção
do partido revolucionário**



**Nenhum apoio dos sindicatos e centrais
ao governo burguês de Dilma, que
ataca os direitos, salários e empregos
em benefício dos capitalistas**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Organizar a luta dos explorados e da juventude sob a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo de Dilma Rousseff

Os burocratas que têm servido à burguesia, utilizando-se de falsificações como de que com o governo do PT o capitalismo tem se humanizado e que os explorados têm ganhado cidadania, vencido a miséria, etc. começam a se sentir acuados.

O governo do PT assumiu uma diretriz econômica recessiva, de destruição de postos de trabalho e ataque a direitos trabalhistas elementares. Os sindicatos cutistas se lançaram de corpo e alma para garantir a reeleição de Dilma Rousseff. Para isso, não economizaram em mentiras e falsificações, espalhadas entre a classe operária. Afirmaram de pés juntos que a disputa entre a candidata do PT e PSDB era entre “dois projetos”. Dilma nem bem assumiu o segundo mandato, assumiu plenamente o ditado do “mercado”. Essa posição foi claramente defendida por Aécio Neves.

Os burocratas em vez de dizer “erramos, ajudamos a eleger mais um governo burguês que servirá aos exploradores contra os explorados”, vêm agora com a conversa de que é preciso criticar, mas defender o governo contra a direita. Precisam prolongar suas falsificações com a bandeira de “apresentar uma agenda alternativa, para disputar os rumos do governo”. Socorrem-se do chamado de constituição de “uma frente de esquerda”.

Ora, os petistas vendidos à burguesia estão recorrendo a uma manobra para salvar um governo comprometido com o grande capital e que está disposto a ir longe com o ataque aos empregos, salários e direitos trabalhistas. Dizemos: “nada de frente de esquerda para manter Dilma no poder”. Nada se colocar a CUT e sindicatos a serviço da disputa interburguesa.

A classe operária não tem de seguir o desespero dos petistas em salvar seu governo. Não tem de se submeter à farsa da disputa entre esquerda e direita. É o governo do PT que está ferindo os oprimidos - assumiu a posição da direita burguesa. Os explorados podem seguir outra via: a da independência de classe, a da defesa de suas reivindicações e a da luta direta (greves, manifestações).

O Partido Operário Revolucionário chama os explorados a se colocarem sob a bandeira de **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO BURGUEÊS DE DILMA ROUSSEFF**. Seu conteúdo: *combater nas fábricas, nas escolas, nos bairros operários, nas ruas e no campo as medidas econômico-sociais que golpeiam o País e a vida das massas; convocar assembleias sindicais, populares e estudantis, constituir comitês de luta e um comando nacional.*

Erguer as reivindicações que protegem a existência dos explorados:

As fábricas demitem e cresce o desemprego, resposta

operária: estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução salarial e escala móvel das horas de trabalho.

A miséria persiste, milhões mal têm o que comer e aumenta o número dos sem-teto, resposta operária: salário mínimo vital.

O governo e os capitalistas atacam os direitos trabalhistas, revogam conquistas e golpeiam a previdência, resposta operária: organizar a greve geral, sair às ruas, bloquear as estradas, ocupar os locais de trabalho.

Os camponeses perdem suas terras, a maioria vive na miséria, milhões padecem com a seca, cresce o contingente dos sem-terra, resposta operária: formar os comitês agrários de camponeses pobres, centralizar a luta nacional por meio de um comitê nacional eleito pelas bases, com mandato revogável, organizar a luta de ocupação para expropriar sem indenização os latifundiários, combater pela nacionalização das terras, unir os explorados do campo e da cidade em uma aliança operária e camponesa.

É por essa via que os explorados e a juventude se defendem do capitalismo, estando ou não em crise. Na situação quebra econômica do capitalismo, no entanto, os oprimidos sofrem dobrado, triplicado. Está aí por que as reivindicações que as defendem de fato vêm à tona. Somente com elas, a classe operária tem como unir a maioria oprimida atrás de si, se fortalecer e avançar o combate ao capitalismo.

O trabalho dos burocratas pró-capitalistas que controlam o movimento sindical, camponês, popular e estudantil é o de bloquear o caminho da independência de classe dos explorados. Nas últimas décadas, os petistas dedicaram seu tempo e energia para arregimentar os oprimidos em torno do objetivo de formar um “governo democrático e popular”, “de esquerda”, agora se voltam a convencê-los de que devem sustentar o governo antinacional e antipopular de Dilma Rousseff. De que é preciso formar uma frente de esquerda para conter o avanço da direita, quando é seu governo que adota uma política econômica recessiva, de desemprego e de alta de custo de vida. De que é preciso criticar, mas apoiar Dilma Rousseff, de que, enfim, se deve ser “propositivo”

O POR rechaça a frente de conteúdo burguês, levantada pelo PT e CUT. Propõe que se constitua uma **frente única sindical** para derrubar as medidas que ferem os direitos trabalhistas, defender os empregos e salários e combater de conjunto a ofensiva da burguesia em descarregar a crise capitalista sobre a maioria explorada. O levante das massas contra a burguesia e seus governos criará as condições para se pôr em pé uma **frente única anti-imperialista**, sob a direção do proletariado.

PT afunda ainda mais com o governo Dilma

A política é economia concentrada. Talvez seja essa a melhor definição encontrada pelo marxismo. Fazem parte desse fundamento as relações sociais e a luta de classes. O que não quer dizer que haja uma relação mecânica entre a economia e a política. Também a noção dialética da política foi demonstrada pelo marxismo. Recorremos a essa definição a propósito da falência histórica do PT. Não desconhecemos que politicamente o PT ainda tem importância para a dominação da burguesia. Mas, certamente, há uma interdependência entre a falência histórica do PT e seu declínio político. Trata-se de um único fenômeno e processo determinado pela relação entre a economia e a política, que, como dissemos, abriga as relações sociais e a luta de classes.

O PT em sua origem definiu como um de seus objetivos estratégicos democratizar o Estado e desoligarquizar, portanto, a política. Assim, determinou a estratégia de poder. Constituiria um “governo democrático e popular” contando com o apoio dos explorados e de supostos setores progressistas da burguesia. A via de chegada ao poder seria a das eleições, que exigia constituir uma aliança no “campo democrático e popular”. O PT passaria a ser um instrumento para mudar a correlação de forças em favor de reformas democrático-populares. Um governo de aliança com as forças progressistas tiraria a condução do País dos partidos oligárquicos e das lideranças que representavam a velha oligarquia.

Não se tratava apenas de eleger o presidente da República, mas de conquistar as várias esferas de poder (município, estados). O Legislativo e o Judiciário passariam por profundas reformas. As relações federativas sofreriam alterações. Estava colocada a descentralização político-administrativa da União. A autonomia relativa dos municípios e dos estados seria um fator propulsor da democratização do Estado. Os petistas levantavam a bandeira de um “novo pacto federativo”, que pressupunha romper a centralização ditada pelos estados mais poderosos.

Os sindicatos e movimentos teriam um lugar de destaque. Cumpririam a função de uma mola propulsora para a constituição de um “governo democrático e popular”. Não se sujeitariam a nenhum partido e governo. Teriam autonomia. E participariam no campo democrático e popular como uma força representativa dos trabalhadores, uma vez que se reconhecia que a sociedade era de classes. O operariado, portanto, atuaria ao lado das demais forças progressistas (burguesas e pequeno-burguesas) para democratizar o Estado. A criação da CUT se deu sob esse pressuposto.

As transformações políticas do Brasil, que havia passado pelo golpe de 1964 e por duas décadas de ditadura militar, não tinham um fim em si mesmas. Eram necessárias para as mudanças econômicas e sociais. A derrota da velha oligarquia abriria caminho para o desenvolvimento econômico e social. Duas premissas compareciam como centrais:

a soberania nacional e a reforma agrária. Delas decorria uma terceira: erradicar a miséria, o analfabetismo, etc. E, finalmente, uma quarta: impulsionar o mercado interno. É claro que se tratava de um conjunto de reformas políticas imprescindíveis para as reformas econômico-sociais.

Antes mesmo de Lula ganhar em 2002 as eleições presidenciais, o PT já havia abandonado o “programa democrático e popular”. A assinatura da Carta ao Povo Brasileiro foi um atestado de renúncia aos pressupostos que animaram a criação do partido. Em sua essência, Lula se comprometeu com o capital financeiro nacional e internacional a governar de acordo com os seus ditames e com respeito absoluto à propriedade capitalista dos meios de produção. O PT por intermédio de seu chefe se submeteu ao grande capital. O “governo democrático e popular” foi rasgado e jogado na lixeira. O que não quer dizer que na prática o governo petista andou em linha reta com a fração burguesa mais poderosa e dominante. Mas no fundamental se assentou no poder dos banqueiros e multinacionais.

Os petistas que não integravam a cúpula dirigente e nem postos no Estado – principalmente as correntes internas de esquerda – se surpreenderam com as viradas políticas. O PT para governar teve de se aproximar da velha oligarquia. O PSDB que havia sido considerado progressista e que apoiou Lula no 2º turno em 1989, se tornou seu principal adversário. O PMDB identificado como oligárquico, salvo uma de suas frações, passou a ser decisivo para a governabilidade. Daí em diante, o abraço de reconciliação com Maluf já não surpreendia. Os governos petistas passaram a ter um pé na velha oligarquia e outro na grande burguesia, que também é oligárquica.

Verificamos que não foi o Estado que foi “desoligarquizado”, mas o PT que se oligarquizou. Está aí a falência histórica do reformismo. Não houve democratização do estado. Não se constituiu um “campo democrático e popular”. E a “soberania nacional” se converteu em maior penetração do capital imperialista e avanço da desnacionalização de ramos estratégicos do País. A “reforma agrária” não passou de assentamentos pagos a preço de ouro aos latifundiários. A agroindústria controlada pelo capital imperialista se fortaleceu. A erradicação da fome se resumiu aos planos assistencialistas.

Não houve democratização alguma do Estado. O Congresso continuou controlado pelos partidos oligárquicos. E as eleições não passam de um momento em que os grupos econômicos financiam as campanhas de acordo com interesses particulares e com as quadrilhas que parasitam a máquina administrativa. O PT mergulhou fundo no antro das negociatas. Associou-se às quadrilhas perenes que manejam a administração pública. Tudo isso por meio de seus governos. Igualou-se aos mais venais dos partidos burgueses.

O PT se viu na contingência de reforçar a ditadura de

classe da burguesia. Lula criou a Força de Segurança Nacional Pública. Especializada em reprimir as greves, movimentos, choques entre camponeses e indígenas com latifundiários. E em atuar na guerra à criminalidade que vem se projetando no Rio de Janeiro. A Força de Segurança Nacional deu inúmeras provas de sua função antioperária e antipopular. Reflete a tendência da burguesia em reforçar o Estado policial diante do agravamento das contradições sociais. Esse é um dos legados do governo petista que a burguesia reconhecerá enquanto não for derrubada do poder pelo proletariado.

O palavreado da “democracia e autonomia sindical” se desmanchou. A burocracia sindical petista se capacitou com esperteza arrivista. Promoveu a estatização dos sindicatos. Reproduziu o velho autoritarismo do sindicalismo atado à burguesia. Instalou uma rede de corruptos dirigentes no aparato sindical. Inaugurou um novo tipo de burocracia ligada às multinacionais. Os antigos pelegos – quase sempre nacionalistas e ligados aos interesses da burguesia interna – foram varridos pela ditadura militar. A nova burocracia se estruturou assentada na gigantesca penetração do capital monopolista. Nele se encontram as raízes da colaboração de classes praticada pelo sindicalismo lulo-petista.

A crise econômica descarnou a política burguesa do PT. O governo de Lula sobreviveu e concluiu com êxito porque pôde abandonar os ajustes de 2003. Os explorados suportaram mais um ano de prolongamento das diretrizes antinacionais e antipopulares de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A recuperação mundial deu fôlego à economia brasileira até a eclosão da grande crise de 2008. O PT teve como disfarçar aos olhos dos explorados a orientação da administração petista para o grande capital. O que se tornou impossível no mandato de Dilma Rousseff.

Os escândalos de corrupção no governo de Lula deram um duro golpe no PT. Resultaram finalmente na prisão de fundadores e dirigentes de primeira linha do partido. Refletiram as disputas interburguesas em um quadro de estabilidade econômica. Quando encerrava o processo do “mensalão”, explodiu o da Petrobrás. A tempestade desabou sobre o segundo mandato de Dilma Rousseff. Desta vez, a dinâmica da crise política é impulsionada pelos desastres econômicos. O emblemático PT vem sendo arrastado pelos acontecimentos. Não tem como reagir aos golpes da oposição e de seus próprios aliados circunstanciais.

O PT pode ainda servir aos interesses da burguesia. Lula tem um capital acumulado. Dilma está dilapidando uma parte. O desdobramento da crise da Petrobrás depende em grande medida do apoio que a grande burguesia der ao plano Levy. O PSDB e sua roda de amigos têm nas mangas a deposição da mandatária (“impeachment”). Não há inte-

resse do imperialismo em que se abra uma situação de desestabilização política. O Brasil aumentou sua ascendência na América do Sul. Um abalo no seu regime político certamente terá ampla repercussão. Porém, o curso dos acontecimentos no seio do Estado será determinado pelo desenvolvimento da crise econômica, das diretrizes do ajuste e da reação das massas.

O mais provável é que Dilma tenha de ir fundo no ataque à classe operária. A classe média não poderá ser poupada. O PT não passa de um instrumento do governo. No último período, perdeu capacidade de influenciá-lo. A camarilha de parlamentares, ministros, burocratas, governadores, etc. não são centralizados pelo partido. Segue as pressões do poder econômico e da oposição. Está desvinculada das massas. O caudilho Lula faz às vezes do PT. Usa o partido quando precisa e o marginaliza quando lhe parece um empecilho. Sua função precípua é de manter as alianças que lhe deram o poder e a governabilidade. E, principalmente, o apoio de setores da oligarquia e do grande capital. Lula pode ser um instrumento para a colaboração de classes na situação de agravamento da polarização social.

O segundo mandato de Dilma pode ser desastroso para o PT. A política econômica foi concebida para passar à margem de sua influência. Lula também se sujeitou ao ajuste em 2003, mas tendo à frente ministros do PT e sob a tutela de Meirelles no Banco Central. Dilma entregou o timão para um burocrata identificado com o liberalismo peessedebista. No Congresso, cresceu o oposicionismo, apesar de a base aliada constituir maioria. A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara de Deputados fortalece o cerco peemedebista ao governo e favorece a ação da oposição. Dilma Rousseff está praticamente sitiada. O PT pouco ou nada pode fazer.

O reformismo petista concluiu sua trajetória entregando o governo aos partidos aliados, cujas raízes profundas se encontram na velha oligarquia e a homens que vêm do campo adversário, vinculados ao capital financeiro. A política é economia concentrada.

A superação dessa experiência virá com a construção do partido revolucionário. O POR deu um passo para a derrota ideológica do reformismo, combatendo-o no terreno do programa e demonstrando a sua função contrarrevolucionária. A sua transformação em uma força capaz de influenciar a luta de classes e colocar-se à frente do proletariado é uma tarefa de ordem histórica. Cabe a sua vanguarda trabalhar com afinco para soterrar o reformismo e com ele toda a política de dominação burguesa. A defesa das reivindicações das massas e a organização de uma Oposição Revolucionária ao governo de Dilma Rousseff dará um impulso à tarefa de superar a crise de direção revolucionária.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Crise mundial pressiona economia brasileira para baixo

Queda internacional das commodities e das bolsas de valores e repercussão no Brasil

O Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br) registrou queda de 5,14% em janeiro. O setor mais atingido foi o de energia, que recuou 15,56% no mês, e 35,71% no ano. O segmento de metal (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel) também registrou recuo de 4,21%. O do agropecuário (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz e carne de porco) teve diminuição de 3,62%. O Índice Internacional de Preços de Commodities (CRB), calculado pelo Commodity Research Bureau, registrou queda de 3,99% no mês.

As bolsas de Londres, Paris, Frankfurt, Madri e Lisboa vêm registrando quedas sensíveis, acompanhando as baixas das commodities, principalmente a do petróleo, que já tinha caído a 68 dólares em dezembro (maior baixa em 5 anos) e hoje recuou ainda abaixo dos 48 dólares.

A queda geral dos preços das matérias-primas corresponde ao agravamento da crise econômica mundial. De um lado, a queda do consumo pressiona os preços para baixo. De outro, a crise de superprodução pressiona por uma destruição maciça de valor, que se manifesta na redução geral de preços das mercadorias. A combinação de ambas as tendências gera uma outra: a contaminação geral das ações nas bolsas de valores, que tendem a cair.

A queda dos preços das commodities afeta mais duramente os países semicoloniais, exportadores de matérias-primas. A Venezuela, que tem na exportação de petróleo sua principal fonte de renda, elaborou um orçamento baseado no preço mínimo de 60 dólares por barril. Assim, nas primeiras semanas do ano, esse orçamento está quebrado. Por isso, ali, até o abastecimento de alimentos está em risco.

O Brasil perdeu no ano passado 8 bilhões de dólares somente na desvalorização do aço no mercado mundial, que atingiu metade do preço anterior. Pela mesma razão, estima-se a perda do complexo soja (grão, farelo e óleo) entre 7 a 8 bilhões em 2015. Por isso, a tendência de déficit nas contas externas é tão forte. A retração do consumo exterior, decorrente da crise, já levaria a uma redução dos recursos das exportações. Vender menos a um preço muito inferior quebra qualquer possibilidade de equilíbrio da balança comercial.

Quanto aos investimentos, a queda das commodities empurra os investidores a buscarem a segurança dos títulos do governo dos EUA, de menor risco. Cria-se mais um fluxo de dinheiro para a economia ianque, que tem revelado incapacidade de sair da crise (baixa da previsão de crescimento de 5,2% para 2,8%), e um problema cambial para os países semicoloniais, que sofrem na inflação as consequências da desvalorização da moeda nacional.

Déficit

O déficit comercial de 3,1 bilhões de dólares em janeiro prenuncia um ano de dificuldades nas contas externas brasileiras. Enquanto o Banco Central prevê superávit anual de 11 bilhões,

os bancos privados trabalham com previsão de déficit de 2,4 bilhões. No início do ano, a retração das exportações se concentrou nos produtos manufaturados, com queda de 14,6%, sob influência de automóveis, óleos combustíveis, motores e geradores e autopeças. As commodities mantiveram a tendência anterior de queda em 11,1%.

Ao déficit comercial, junta-se o das contas públicas em todos os níveis de governo: em 2014, negativas em R\$ 343,9 bilhões, ou 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo central, em 2014, teve a receita líquida de R\$ 1,01 trilhão (2,3% maior que a anterior). Mas a despesa total, de R\$ 1,03 trilhão (sem contar os juros), foi 12,8% superior à de 2013. Assim, o resultado foi um déficit primário de R\$ 17,24 bilhões, o primeiro em 18 anos, que apontou a impossibilidade de garantir o pagamento dos juros da dívida pública. Por aí se vê a razão da gritaria dos bancos e da exigência de assumirem a condução da política econômica do governo petista por meio do ministro Levy.

A dívida pública saltou 8,15% em 2014, para R\$ 2,29 trilhões. Em 2013, havia subido 5,7%, para R\$ 2,15 trilhões. O crescimento da dívida pública no ano passado decorre, principalmente, dos gastos com juros, no valor de R\$ 243 bilhões. Pesou bastante no aumento da dívida a injeção de R\$ 60 bilhões no BNDES (34,6% do total da elevação da dívida), que subsidia os negócios dos capitalistas. Só nos últimos anos, foram injetados mais de R\$ 400 bilhões no BNDES (mais de 20% do total da dívida pública). Nos últimos dez anos, a dívida pública mais que dobrou. A maior parte dos juros está vinculada a títulos prefixados (43%), à inflação (36,7%) e ao câmbio (13,6%), e 6,6% estão ligados à taxa Selic.

O agigantamento da dívida pública corresponde ao monumental parasitismo financeiro que os bancos e as grandes empresas exercem sobre o Estado. De um lado, amplos subsídios aos capitalistas por meio do BNDES. De outro, altíssimos juros garantem elevados lucros aos bancos. O Itaú teve seus lucros elevados de R\$ 15 bilhões para R\$ 20 bilhões; o Bradesco, de R\$ 10 bilhões para R\$ 15 bilhões. O Santander aumentou seus lucros a R\$ 5,85 bilhões.

O agigantamento da dívida pública condiciona a política econômica do governo: ela tem de proteger os lucros dos capitalistas e determina os cortes e gastos públicos, os juros, a política cambial, etc.

Dados da indústria

Com queda de 3,2%, a indústria puxou para baixo o PIB brasileiro em 2014. Em 2011, a produção tinha ficado no 0,4% em relação a 2010. Recuou 2,3% em 2012, cresceu 2,1% em 2013 e voltou a diminuir em 2014. Assim, a indústria produziu no ano passado 3,05% menos que em 2010.

Nos bens de capital, a crise se manifestou de forma mais grave: a fabricação de máquinas e equipamentos cresceu 5% em 2011, diminuiu 11,2% em 2012, cresceu 12,2% em 2013 e retraiu 9,6% em 2014. Resultado geral: hoje, o segmento

de bens de capital produz 5,43% menos que em 2010. O

pior é que essa queda na produção de máquinas e equipamentos não foi reflexo de um aumento da importação desses equipamentos, a qual caiu ainda mais: 7,6% menores que em 2013.

Por segmento, em 2014 se destacam as quedas no setor de bens de capital para indústria (-4,2%), para agricultura (-8,7%), para transporte (-16,6%) e para construção (-10,1%). Esses dados atestam um quadro geral de retração na economia do país. Notem-se os índices da agricultura e construção civil, que têm sido pontos de sustentação geral da economia. No caso da construção civil, a tendência de queda nos preços dos imóveis já coloca a intenção de investimento do setor como negativa.

Tendências de ataques aos empregos e salários

O emprego na indústria em 2014 mostrou retração de 0,7%, o mais baixo desde a queda de 3,3%, em 2009. A massa salarial, apesar de ter apresentado um crescimento de 1,5% no ano passado, mostrou desaceleração e também significou o pior resultado desde 2009, quando houve retração de 2,3%. De fato, diante de uma inflação de 7%, representou um confisco dos salários.

Os economistas burgueses teorizam a nova política econômica a ser aplicada a partir de um corte vigoroso de gastos públicos, elevação da taxa de juros e dos preços, cortes de direitos sociais. E os capitalistas discutem a necessidade de redução do custo da força de trabalho, por meio da redução do nível de emprego em pelo menos 2% do total. Isso representa milhões de trabalhadores que perderão seus empregos e não terão outro. É assim que governo e capitalistas tratam a crise: como manter o parasitismo financeiro sobre a dívida pública,

a rentabilidade dos bancos, o lucro das empresas, tudo à custa da perda de trabalho, salário e direitos dos trabalhadores.

Programa operário de resposta à crise

O agravamento da crise capitalista coloca um aumento das contradições entre as classes sociais. A destruição geral e em grande medida de valor é o meio por onde passa a dinâmica da crise sob a perspectiva capitalista. Os governos, comitês de gestão dos negócios da burguesia, atuam para preservar no máximo possível os negócios dos capitalistas e limitar a tendência geral de quebra. Fazem isso por meio de planos e medidas econômicas que atacam os empregos, salários e direitos. As medidas são de ataque violento e geral, tendem a erguer movimentos massivos contra elas, projetando as lutas econômicas em luta política. Para impô-las, os governos ajustam o poder repressivo do Estado, respondendo às manifestações massivas com a violência policial.

Na situação, a tendência à conciliação de classes tem seu espaço estrangulado pela impossibilidade de concessões de migalhas às massas. A tendência é a de choques de classes mais abertos. As direções burocráticas procuram manter seu controle apesar da dificuldade em conciliar e exercer a pressão parlamentar. A tendência é a de uma luta de classes se intensificar, apesar das pressões burocráticas contrárias.

É preciso trabalhar as bandeiras do programa de transição, de defesa da vida e trabalho das massas, tendo à frente o salário mínimo vital e a escala móvel das horas de trabalho, de forma a desenvolver a mobilização independente das massas no sentido da revolução proletária. Somente o socialismo porá fim às crises capitalistas e suas bárbaras consequências.

Declaração da Corrente Proletária Estudantil/POR

Pela imediata revogação da expulsão dos 17 estudantes da Unesp. Pelo fim dos processos! Abaixo a criminalização do movimento estudantil!

Nós, da Corrente Proletária Estudantil e do Partido Operário Revolucionário, manifestamos nosso repúdio à reitoria da UNESP que, se valendo do estatuto da época da ditadura, expulsou 17 estudantes, medida oficializada no dia 29 de janeiro de 2015. Manifestamos nossa solidariedade ativa aos processados e expulsos que estão sendo perseguidos por sua atuação no movimento estudantil e nos somamos à campanha pela imediata revogação da expulsão e dos processos contra militantes.

Em 2014, professores, estudantes e funcionários das Estaduais Paulistas fizeram uma greve de 100 dias contra os ataques do Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (CRUESP) e do governo Alckmin. Os reitores arrombaram os salários, avançaram na implementação do ensino à distância e mantiveram o quadro de falta de professores. No campus da Unesp, em Araraquara, a reitoria atacou o direito à permanência estudantil, expulsando 38 estudantes da moradia estudantil. Em resposta, os estudantes em assembleia decidiram ocupar a diretoria da universidade (desde o dia 30 de maio de 2014) e reivindicar a reversão das expulsões e cortes nas bolsas-auxílio; a expansão da moradia; e maior participa-

ção estudantil nas decisões da universidade (contra o peso de 70% para o voto dos docentes).

A burocracia universitária pisoteou a autonomia universitária e adotou uma saída repressiva. A polícia fez a “reintegração de posse” durante a madrugada de 20 de junho de 2014 e os estudantes foram detidos, levados à delegacia e fichados. Depois, a burocracia deu início ao processo político e administrativo, que agora resultou na expulsão dos 17.

Este episódio soma-se ao crescente autoritarismo dentro das universidades, com processos, prisões, entrada da PM, vigilância, ingerência nos espaços estudantis (CAs, DAs e DCEs). A burocracia universitária mostra por inteiro seu caráter repressivo. Expressa, no interior da universidade, os interesses da burguesia e seu Estado. Atua para aplicar os cortes e intensificar a precarização e privatização. Por ser uma minoria em defesa de interesses de minoria, necessariamente é autoritária. Esta casta burocrática precisa ser derrubada. Por isso, como parte da luta contra a repressão, devemos levantar a bandeira da real autonomia universitária: governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, com mandatos re-

vogáveis, e subordinado à Assembleia Geral Universitária. É urgente derrotarmos esta burocracia que usa e usará o quanto quiser os regimentos herdados da ditadura para perseguir os militantes. O regimento da UNESP considera como infração “promover manifestações e propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares a qualquer pretexto”. Como se vê, trata-se de um atentado à liberdade de expressão, manifestação e de greve.

Com o aprofundamento dos efeitos da crise econômica mundial e das medidas de ataque dos governos federal e estaduais, a burguesia tem incrementado a repressão sobre os lutadores. São parte deste quadro: o assassinato de lideranças indígenas e camponesas; o extermínio da juventude pobre e negra nas periferias; a “pacificação” das favelas; a criação da Força de Segurança Nacional; as leis antigreve; a brutal repressão às manifestações; as prisões políticas; a demissão de sindicalistas

e grevistas e a tentativa de criar leis “antiterror”.

Para os governos, interessa quebrar o movimento estudantil para poder implementar integralmente a política privatista e excludente para a Educação. Interessa avançar na repressão para impedir a expressão da legítima revolta dos oprimidos contra os ataques às suas condições de vida. É urgente o fortalecimento e constituição dos Comitês contra a Repressão. A burguesia se unificou na repressão. É hora de os lutadores se unificarem na resposta coletiva.

Pela imediata revogação da expulsão dos 17 estudantes da UNESP!

Pelo fim dos processos! Abaixo a criminalização do movimento estudantil!

Pela extinção da legislação que elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve!

Pela conquista da autonomia universitária!

3 de fevereiro de 2015

MPL rejeita a política operária: as bandeiras, os métodos de luta e a democracia operárias

O primeiro ato contou com a participação de 20 mil pessoas, dez vezes mais do que o primeiro protesto em 2013. Ainda está fresco o fervor do movimento nacional multitudinário, conhecido popularmente como as “jornadas de junho”. As condições estavam favoráveis para que o movimento impusesse nova redução da tarifa: assimilação pelas massas do método de ocupação e bloqueio das grandes avenidas, disposição de luta da juventude, mesmo em período de férias, e mesmo após a manobra divisionista dos governos de passe livre escolar para os mais carentes.

O MPL comparece novamente como direção, convoca os atos de rua centralizados e regionais. Ante a manobra dos governos, reivindica a ampliação do passe livre subsidiado. Inaugura a assembleia de início dos atos e as regionais, de bairro. Disfarça o autoritarismo concedendo ao movimento unicamente o direito de apresentação e defesa do percurso das manifestações. Três casos são ilustrativos: primeiro, quando o MPL insufinou a fanfarra e sinalizou à sua base despolitizada que saísse aos gritos, no momento em que se defendia em assembleia uma organização democrática, respaldada nas delegações dos locais de trabalho, estudo e bairros. Segundo, em uma assembleia regional, com o plenário majoritário para a sua posição, o MPL abafou a proposta de convocação de uma assembleia geral do movimento, se atendo às tarefas que fortaleceriam a sua política. Terceiro: em outra assembleia regional, com plenário majoritariamente da oposição, o MPL rompeu com a assembleia, alegando não concordar com o método de “votação de maioria”. As propostas encaminhadas à votação foram: 1) autonomia do movimento regional para dar seus informes; 2) assembleia geral no MASP.

Até o momento, foram convocados 7 atos. O quadro geral é de declínio desde o início (1º ato: 20mil, 2ºato: 15 mil, 3ºato: 5mil, 4º ato: 8mil, 5ºato: 2mil). O sexto contou com pouco mais de um quarto do primeiro, mesmo com convocação para o MASP, local de importância política pela tradição no movi-

mento e pelo impacto econômico por ser o centro financeiro do país.

O descenso numérico e com ele o enfraquecimento do movimento se deve em grande parte à política com que o MPL conduz a mobilização. O quadro geral de ataque ao emprego, aos salários e direitos, conjuntamente com as respostas das massas: greve e manifestação de rua com 11 mil operários na região do ABC, ato dos professores da rede estadual, ato do MTST, dia nacional de mobilização das centrais sindicais, coloca, de maneira mais clara esse ano do que em 2013, a insuficiência da reivindicação de Passe Livre, uma bandeira longe da classe operária e demais assalariados, golpeados pela crise, longe da juventude sobre quem recaem os maiores índices de desemprego, os salários miseráveis e a brutal violência do Estado policial.

A formalidade das assembleias, o descumprimento sistemático do trajeto aprovado, fato esse em agravo por ser a única deliberação, são outros elementos que explicam o enfraquecimento do movimento. As assembleias, que não passam de teatro, mal encobrem as manobras diversionistas do MPL. Os mais desavisados e pouco habituados com os métodos do movimento veem, naquilo que o MPL chama de assembleia, um organismo inútil. Para quem se auto-intitula “horizontal, autônomo e independente”, ao falsear a assembleia, age arrancando das massas sua verdadeira independência organizativa.

Uma assembleia soberana poderia mudar os rumos do movimento, colocaria a direção do MPL em cheque, exporia as raízes da insatisfação com o aumento da tarifa, fincadas no desemprego e nos salários de miséria. Dar-se-ia o primeiro passo para a unidade dos movimentos, ao redor de bandeiras comuns, e se caminharia para a formação de um organismo forte para enfrentar o Estado com suas medidas de ataque aos explorados e de salvação dos exploradores diante da crise.

Mas o MPL não quer se chocar com o governo, e sim abrir um canal de conversação para negociar a extensão do passe

livre estudantil parcial às custas de mais subsídio estatal às empresas de ônibus. A instauração de uma assembleia real colocaria em risco seus objetivos, mediante o risco da perda de controle, sabor amargo sentido em 2013, quando insurgiram nas capitais do país centenas de milhares, longe do controle burocrático do MPL. Com reivindicações difusas, mas que expressavam insatisfações para além da questão da tarifa, essas centenas de milhares é que impuseram a redução da tarifa. Não foi o MPL quem a conquistou. Foi a força das massas nas ruas.

A política de conciliação se manifestou claramente nas propostas e defesas do MPL de percurso. Desde o primeiro ato, se recusou a chegar ao MASP, alegando a necessidade de “dialogar com a população”. No quinto, novamente contra a proposta de ocupar a Avenida Paulista, o MPL defendeu um “percurso possível”. Não o bastante, os atos caminharam por bairros nobres, por ruas desertas, em círculo; quando próximo a vias de conflito, como a Radial Leste e a Marginal Pinheiros, o MPL orientou, após negociação com a PM, a não bloqueá-las, alterando o percurso aprovado em assembleia. A PM possui ordens do governo de proibir a ocupação da Avenida Paulista ou qualquer via de grande acesso. E o MPL submete o movimento às imposições de percurso da polícia e governo.

A cada ato inócuo, o MPL golpeia a maior conquista do

Boletim da Corrente proletária Estudantil de 29/01/15

Para ganhar a força necessária para vencer Haddad e Alckmin:

Ocupar as grandes avenidas e afetar a economia!

Unir os movimentos contra os ataques dos governos e capitalistas!

Convocar uma grande assembleia unificada e de base para decidir sobre os rumos do movimento!

O 5º ato contra o Aumento da Tarifa em São Paulo contou mais uma vez com milhares de manifestantes. Novamente, a direção do MPL defendeu e aprovou na assembleia do ato um percurso interno ao bairro de Pinheiros, contra a proposta de ida à Avenida Paulista. Consideramos que isso foi mais um erro. O resultado foi um protesto que esteve todo o tempo sob a disciplina da polícia, que “negociava” com o MPL cada curva que a passeata fazia. Dessa forma, o protesto afetou limitadamente o trânsito, e a repressão atacou depois de encerrado o ato, dentro da estação de metrô Faria Lima. Dois foram presos, muitos feridos e passaram mal por conta do gás e balas de borracha.

O próximo ato será enfim na Avenida Paulista, no MASP. É um avanço, se o objetivo for o de bloqueá-la e retomar a soberania das massas nas ruas como em junho de 2013. Chega de limitar o protesto a caminhar em bairro de bacana!

Unir todos os movimentos com as bandeiras da classe operária contra a ofensiva dos capitalistas e seus governos!

O aumento das tarifas é um benefício aos capitalistas do transporte, às custas de um confisco sobre os salários. E ele veio em meio a uma ofensiva geral dos governos e capitalistas contra empregos, salários e direitos. A vitória da juventude contra Haddad e Alckmin pode abrir um caminho para um enfrentamento mais geral das massas em defesa dos direitos, empregos e salários, contra os capitalistas e os governos. É preciso buscar

movimento de junho de 2013: a conquista da soberania das massas nas ruas. Alimenta a esperança no parlamento. Chama os atos de rua, mas os inutiliza. Quer que o governo aplique a Tarifa Zero, subsidiada com “multas de trânsito, estacionamento Zona Azul, publicidade dos ônibus, metrô e trens, IPVA, reforma tributária, etc”. Segundo o MPL, o que falta é “disposição política”, que se resolveria pela pressão popular. Desconhece o caráter de classe do Estado, e por isso, submete o movimento ao parlamento.

O fato da pequena burguesia pender para a política burguesa não é novidade. O problema reside no fato de usar a direção do movimento de massa para realizar suas aspirações mesquinhas e assim torna-se um obstáculo para o avanço da luta de classes.

As limitações do movimento se devem, no entanto, fundamentalmente ao fato da classe operária não se colocar à frente das lutas que se desenvolvem nos grandes centros urbanos. A burocracia sindical vem bloqueando o movimento operário, submetendo-o à política do PT e do seu governo. A presença da juventude nas ruas, a despeito da direção do MPL, indica o caminho da resistência aos ataques dos capitalistas às condições de vida das massas. Está aí por que nossa tarefa tem sido a de defender as reivindicações que generalizam as lutas e fortalecem a unidade dos explorados.

a força necessária para vencer. Essa força está na massificação do movimento, de forma a conquistar apoio da população assalariada, e na sua capacidade de afetar a economia capitalista. A força que é capaz de vencer está nas fábricas.

É preciso que o movimento se una à classe operária. Isso não vai acontecer simplesmente por meio de chamados vazios. A unidade real se dá ao redor de reivindicações comuns. Por isso, cabe ao movimento da juventude defender na mobilização contra o aumento da tarifa as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos atacados pelos capitalistas e seus governos. A defesa do passe livre deve se ligar à defesa das condições de vida e trabalho das massas. Defendemos que o transporte deve ser expropriado e passado ao controle operário. Que estudantes e desempregados tenham acesso imediato à gratuidade. E que os trabalhadores tenham garantido que seus salários sejam suficientes para o sustento de suas famílias (salário mínimo vital de R\$ 4.597,57) reajustado automaticamente de acordo com a inflação, e seus empregos garantidos por meio da estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos a trabalhar, de forma a acabar com o desemprego).

Pela democracia operária e por uma assembleia geral centralizada do movimento!

A realização de assembleias no início dos atos é um avanço

em relação ao movimento de 2013. Mas até agora elas têm sido mais uma formalidade de aprovação da política e da tática determinada pela direção do MPL.

A unidade com os outros setores atacados pela ofensiva capitalista deve ser total. Não se trata de buscar apenas apoio. Os operários, os sem teto, o funcionalismo, os demitidos e desempregados, todos devem poder discutir, apresentar propostas e votar nas bandeiras, métodos de luta, percursos, segurança, objetivos do movimento. Essa participação unitária deve se construir desde as assembleias regionais, por categoria, universidade e escolas, até uma assembleia geral, que deve ser no MASP, centro do capital financeiro do país.

A preparação e convocação dos atos deve ser aberta a um comando geral, formado por representantes indicados pelas assembleias de base, de forma a ser o mais democrático e expressar todos que compõem o movimento, para que seja capaz de preparar e convocar as manifestações e organizá-las com a mais ampla democracia operária. Assim, as assembleias do início dos atos se realizarão expressando a democracia operária.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil de 06/02/15

Para derrubar o aumento da tarifa e vencer Alckmin e Haddad é preciso:

- **AFETAR A ECONOMIA! Bloquear as principais vias! Caminhar em bairro de bacana não resolve nada!**
- **Ocupar a Avenida Paulista! O ato deve se dirigir ao centro econômico de São Paulo.**
- **Confiar apenas na força da mobilização, e não no parlamento!**
- **Convocar imediatamente as centrais sindicais, a APEO-ESP, o MTST e demais organizações dos trabalhadores para se incorporarem à luta contra o aumento da tarifa, levantando as reivindicações de defesa do emprego, salário e direitos!**
- **Defender as bandeiras de unidade: emprego a todos, defesa dos salários, defesa dos direitos! Passe livre para estudante e desempregados!**
- **Expropriação, sem indenização, dos capitalistas dos transportes, sob controle operário.**
- **Abaixo a repressão! Fim da PM! Fim do cerco policial às manifestações!**

Se queremos derrotar Haddad e Alckmin, a economia de São Paulo tem de ser afetada. Somente assim pressionaremos a burguesia para a revogação da tarifa. O governo deu ordem a PM para impedir, por meio da repressão, a ocupação da Avenida Paulista, pois sabe que seu bloqueio fortalecerá o movimento.

O ato deve se dirigir para a Avenida Paulista e bloqueá-la! Isso é uma demonstração de força do movimento, uma ação precisa de enfrentamento com a burguesia e seus governos. Perambular a esmo em ruas autorizadas pela polícia e governo não leva a lugar nenhum!

Em 2013, o aumento da tarifa foi revogado porque centenas de milhares tomaram as ruas das capitais do país. Os trabalhadores e a juventude cansaram de confiar no parlamento e conquistaram as ruas para impor suas reivindicações. Esse é o caminho da vitória! O caminho da pressão parlamentar e por um acordo de “melhora” do passe livre parcial com a prefeitura e com o governo levará à derrota!

Não é falta de “vontade política” a causa dos governos em

A repressão continua agindo para disciplinar o movimento

Depois de encerrado o ato, o Choque foi até a estação Faria Lima do metrô e reprimiu com gás, bombas e balas de borracha quem estava próximo às catracas. Nem havia começado um catraço ainda. Dois presos e vários feridos foi o resultado. Mais uma vez, a repressão do governo Alckmin recaiu sobre os manifestantes. Embora desejasse, não pode destruir diretamente o movimento pela força policial. Seu objetivo, até agora, tem sido o de evitar que as passeatas afetem as grandes avenidas e com isso a economia da cidade. Envelopam então os protestos, ameaçando constantemente os manifestantes. Agem também no final das manifestações, impondo uma dispersão forçada. As prisões servem hoje para aterrorizar e vão servir para futuros processos contra os ativistas. É preciso fortalecer os comitês de luta contra a repressão e organizar a defesa política e jurídica coletivas. As organizações sindicais e populares devem dar todo apoio político e material à luta contra a repressão e pelo direito de manifestação.

não melhorar as condições de vida do trabalhador e de sua família. Os R\$ 500 milhões a mais nos bolsos dos capitalistas, a compra das garagens e entrega para as empresas de ônibus (reduzindo gastos com aluguel), a alteração das rotas dos ônibus (reduzindo o número de ônibus nas ruas), a demissão dos cobradores são provas de que os governos atendem aos interesses dos capitalistas e atacam a vida dos trabalhadores. No inferno, sobra “vontade política”!

Os outros problemas, como a demissão de centenas de professores da rede do estado, as demissões de operários das montadoras e demais setores da indústria, agroindústria e serviços, o problema a falta de água, especialmente nas regiões periféricas, a falta de moradia se somam ao problema do aumento da tarifa, o que impõe a necessidade de unificar todos os movimentos numa só manifestação! Numa única assembleia geral onde todos possam deliberar os rumos do movimento!

Essa unidade se dará concretamente ao redor de bandeiras comuns: defesa do emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas na produção a todos aptos ao trabalho, sem redução salarial). Defesa do salário mínimo vital de R\$4.600,00, capaz de atender a todas as necessidades de uma família de 4 pessoas, incluindo transporte, moradia, saúde etc. Escala móvel de reajuste: se aumentar a inflação, aumenta-se automaticamente o salário! Defesa dos direitos: abaixo as MPs da Dilma de ataque à previdência e ao seguro desemprego, à pensão! Em defesa da estabilidade no emprego. Readmissão de todos os demitidos! Fim da terceirização! Em defesa da educação e saúde pública a todos! Em defesa de moradia a todos!

A luta contra o aumento da tarifa precisa avançar para uma luta mais geral de enfrentamento com os governos e os capitalistas. Uma plataforma de reivindicações que dará unidade aos explorados, o método de ocupação e bloqueio das principais vias e grandes avenidas e a democracia operária no interior do movimento são vitais para que se alcance a força necessária para conquistar as reivindicações.

Divisionismo marca a luta contra o aumento da passagem em Fortaleza. Pela unidade nas ruas de estudantes e trabalhadores

O início desse ano foi marcado pelo aumento da passagem em Fortaleza e Região metropolitana. Mais uma vez, prefeitura e empresários descarregam a crise nos ombros dos trabalhadores e estudantes. O aumento da tarifa ocorre em quase todo o país e coloca mais uma vez a necessidade da unidade dos estudantes, trabalhadores e suas entidades de classes em um movimento de unidade para revogar o aumento e impor o passe livre para estudantes e desempregados.

Apesar do brutal ataque que a juventude e demais trabalhadores vêm sofrendo dos governos burgueses (Dilma/PT, Camilo/PT e Roberto Cláudio/PROS) com as medidas anunciadas de mudanças para requerer o seguro desemprego, auxílio doença e pensões, aumento de miséria do salário mínimo (parlamentares passarão a ganhar R\$ 33,8 mil), os movimentos têm se limitado a defender a revogação do aumento e o passe livre. É preciso avançar na luta contra o capital e exigir a estatização do transporte público sob controle operário e a defesa geral do emprego, salário e direitos.

Outro problema presente nesse momento é a necessidade de unidade. As manifestações marcadas no dia 15/01 pelo Levante Popular da Juventude, 16/01 (RUA, ANEL, PJ, RAÇA, UJC) e 20/01 pelo Fórum Permanente Pelo Passe Livre, estão marcadas pelo divisionismo. A manifestação marcada para o dia 16 foi a mais expressiva, contou com cerca de 200 estudantes e, embora o chamado a unidade tenha sido feito, não existe correspondência por parte dos outros movimentos que marcaram atos, entre eles o MPL, que marcou um encontro para o dia 19/01. Ocorreram duas manifestações em Maracanaú, cidade da Região Metropolitana.

O que esses atos tiveram em comum foi o reduzido número de estudantes e não porque se trata do período de férias, mas pelo fato do movimento estar dividido, da ausência de grêmios estudantis politizados e da ausência das organizações dos trabalhadores nas manifestações como tem ocorrido em São Paulo com a participação do MTST. No ano passado só foi possível garantir a prorrogação das carteirinhas estudantis com manifestações unificadas.

Exitismo do FPL

O FPL tem se organizado desde o último aumento no fi-



nal de 2012 ainda na gestão de Luiziane Lins/PT. Naquele momento, se colocou como um organismo de frente única onde se organizavam todas as correntes. Com o passar do tempo e com as jornadas de junho, a fragmentação deu início a várias rupturas, a primeira delas foi de um grupo de anarquistas e independentes que reorganizaram o MPL em Fortaleza, até hoje o movimento mais esvaziado. Em seguida, as correntes foram se retirando uma a uma do fórum, PSOL, PSTU, LPJ e, por fim, a Corrente Proletária Estudantil/POR no ano passado.

Apesar do fórum não expressar um movimento de base, prova disso é que, depois de todas as correntes terem se retirado, os anarquistas da RECC não conseguiram impulsionar um ato que contasse com mais de 50 estudantes, os mesmos têm feito avaliações exitistas em que se colocam como os verdadeiros defensores do passe livre e de uma suposta organização pela base, que avaliam ser o grande problema dos outros movimentos, mas que não provaram fazer. A última manifestação organizada pelo FPL convocava uma greve estudantil! O pior de tudo é que a RECC não saiu no ato que convocaram deixaram os punks e independentes irem rumo a ETUFOR.

A CPE tem defendido a unidade dos movimentos, correntes, entidades e estudantes em uma ampla frente única contra o prefeito e o Sindiônibus, o movimento só poderá ter chance real de vitória caso haja a unidade na luta.

A Crise nas CRECHES é parte da crise da USP

Dezenove Funcionários da creche foram demitidos pelo PDV e não haverá novas contratações até 2018. O resultado é a SUSPENSÃO DE INGRESSO DE NOVAS CRIANÇAS NA CRECHE EM 2015.

A crise financeira anunciada por Zago, em janeiro de 2014, quando toma posse, novamente é sentida pelos estudantes e funcionários. São 1.472 funcionários demitidos pelo PDV. De imediato, os setores mais afetados são os da creche, do HU e do bandeirão. São 206 funcionários do HU demitidos, sendo 12 da área da UTI. A reitoria proibiu a abertura do restaurante da prefeitura e os funcionários do central estão ainda mais sobrecarregados. Estudantes são expulsos do alojamento, bolsas da

pro-aluno foram cortadas, cerca de 30% das bolsas acadêmicas serão cortadas, o hospital HRAC foi desvinculado da universidade e passado para as mãos da iniciativa privada. Esses ataques da reitoria são parte dos ataques mais gerais da burguesia de retirada de direitos e rebaixamento das condições de vidas dos explorados. É preciso construir um movimento unificado na universidade como parte do movimento de fora da USP em resposta à ofensiva dos governos e dos capitalistas, que pretendem descarregar as consequências da crise capitalista sobre as massas.

Coloca-se de maneira mais urgente a necessidade de unificar os movimentos no interior da universidade por meio da

ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA, onde estudantes, funcionários e professores responderão conjuntamente à crise na USP criada pela burocracia corrupta. Esta assembleia terá a tarefa de apurar as contas da universidade, elaborar um orçamento que garanta todas as necessidades dos que estudam e trabalham, financiado integralmente pelo Estado sem ingerência, e finalize por varrer com a reitoria e em seu lugar erguer um GOVERNO TRIPARTITE, o governo da maioria.

- Crise na creche é parte da crise na USP! Número de vagas na creche que atenda a necessidade dos estudantes e funcionários!

- Em defesa dos empregos e do salário! Contratação imediata de funcionários!
- Por uma ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA para responder de conjunto aos ataques da reitoria!
- ORGANIZAR PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DE RUA EM DEFESA DA CRECHE, EM DEFESA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, EM DEFESA DOS EMPREGOS E DOS SALÁRIOS. EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO IMPOSTA PELA REITORIA. A CRISE NA USP É DE RESPONSABILIDADE DA REITORIA E DO GOVERNO!

Magistério paraibano responde a arrocho salarial de Ricardo Coutinho e imobilismo das direções sindicais com organização de base e atos de rua

O governador Ricardo Coutinho (PSB) anunciou, em 25 de janeiro, o reajuste para os servidores estaduais. Houve categorias que tiveram um reajuste de 1%, ou seja, diante das perdas inflacionárias houve um verdadeiro confisco dos salários. Coutinho prometeu dobrar o salário dos professores, agora alardeou que aumentou em 20% o salário do magistério, mas este reajuste atingiu apenas os professores polivalentes, que não chegam a 2% da categoria. Para os demais, o reajuste foi de 4,5%, com a promessa de mais 4,5% em outubro. Há dois sindicatos do magistério, porém executam uma mesma política imobilista. Ante esta inércia e impulsionados pelos ataques do governador, os professores de base passaram a organizar a resistência, realizando atos de rua e plenárias para organizar a luta.

Em Campina Grande foi formado o Fórum de Educação Permanente da Paraíba, com o propósito de agregar professores, estudantes e funcionários de vários níveis de ensino. As reuniões têm tido boa participação e têm servido para organizar a passagem nas escolas para quebrar a trava da direção dos sindicatos e estimular a participação nas assembleias que ocorrerão no dia 13 de fevereiro.

A Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado Paraíba (APLP) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba (SINTEP) representam a mesma base. A origem da divisão data de fins da década de 1970, quando havia várias associações ligadas à Educação, sendo a principal a AMPEP. Em 1979, houve um forte movimento grevista, que destituiu a diretoria governista da AMPEP. Rapidamente, os burocratas criaram um novo aparato, a APLP, para servir de braço do governador Tarcísio Burity (ARENA) no movimento. A AMPEP (que deu origem ao SINTEP), na década de 1980 e 1990 promoveu a unificação das associações ligadas à educação e teve papel importante na formação do PT e da CUT-PB. O Sindicato permanece sob a direção do PT enquanto a associação não tem vínculos tão orgânicos, mas também adota uma política governista.

O SINTEP está em período eleitoral, há uma chapa de oposição organizada pelo PSTU e PSol, porém não são eles que têm conduzido o movimento contra a direção do sindicato, são

muito mais os professores de base que, inclusive, expressam desconfiança em relação à oposição.

Plenárias democráticas

As plenárias do movimento estão sendo amplas, inclusive a militância do POR tem participado contribuindo política e organizativamente. O Comando de Mobilização Estudantil da UFCG também se somou à luta, procurando unir a luta da educação entre as categorias e diferentes níveis.

Defendemos que além do cumprimento imediato da lei do piso nacional, que é ignorada por Ricardo Coutinho, devemos defender um salário mínimo vital, condizente com as necessidades de uma família trabalhadora. É preciso derrubar a proposta conciliadora da burocracia de 13,01% (reajuste do MEC no piso) em 3 parcelas.

Diante das denúncias de demissões de prestadores (falam em cerca de 4 mil cortes) defendemos a estabilidade no emprego e efetivação dos terceirizados. Emprego não se negocia, defende-se com luta!

É fundamental fazer a luta antiburocrática, participar das assembleias e tirar o sindicato das mãos da burocracia. O Fórum tem atuado como um comando de mobilização. Junto com a defesa da deflagração da greve é necessário aprovar o comando de greve eleito pela base – o Fórum já é seu embrião.

Quanto à fragmentação, é necessário defender um Congresso da categoria para unificar o SINTEP e APLP. A divisão só favorece as burocracias aparelhadas, enquanto a unidade fortalece os trabalhadores.

Diante dos cortes do orçamento da Secretaria de Educação de R\$350 milhões (23% em relação a 2014), é necessário defender o financiamento integral, calculado pelas assembleias dos que estudam e trabalham. Durante seu primeiro mandato, Ricardo Coutinho fechou 230 escolas, reduzindo mais de 100 mil matrículas na rede estadual de ensino. Em 2015, os ataques tendem a se intensificar. A única possibilidade de freá-los é por meio da mobilização e ação direta, da busca de unidade com o restante do funcionalismo e com a deflagração de uma greve ativa que imponha as reivindicações do magistério ao governador.

Assembleias em Rondônia apontam a tendência de luta em 2015

É comum que as burocracias que dirigem os sindicatos deem mais importância para organizar assembleias no início do ano e, quando o fazem, buscam logo o chamado “diálogo com os governos, que se esgota em intermináveis reuniões de negociação. Em Rondônia, em dois importantes sindicatos do funcionalismo isso não é diferente.

O que é distinto na situação atual é o descontentamento dos trabalhadores quanto à situação de aumento de custo de vida e dos anúncios de cortes nos orçamentos dos governos. O governador reeleito, Confúcio Moura, já anunciou cortes de milhões para os próximos meses. O funcionalismo sabe, por experiência, que os cortes sempre concluem com demissão de contratados, com o arrocho salarial, com o não cumprimento de acordos trabalhistas anteriores e com a retirada de direitos e conquistas de planos de carreiras.

Prevenindo essa situação de insatisfação do funcionalismo, o Sindeprof, que reúne funcionários de todas as Secretarias de Porto Velho, organizou uma assembleia em fins de janeiro para tirar a “pauta de reivindicações”. A burocracia, que inclusive é governista, pois tem uma vereadora na sua composição, apresentou as várias ações jurídicas que o sindicato tem contra a prefeitura. Mas como só as “ações jurídicas” não bastam, foram elencados pelo menos 18 pontos de reivindicação, como o aumento do auxílio alimentação, aumento do auxílio descolamento, pagamento de adicional noturno e o mais importante, o reajuste salarial de 24,6% para recompor os salários desvalorizados dos últimos anos. Mais de mil trabalhadores compareceram à assembleia, que foi divulgada com antecedência inclusive nos meios de comunicação.

O fato de um sindicato com direção governista ter de propor uma pauta que se choca com o governo e o fato de um número expressivo de trabalhadores comparecer à assembleia é sinal de que há o descontentamento e a burocracia quer responder a ele com seus métodos. É preciso, na contramão com essa política reconhecidamente colaboracionista, levantar os métodos da ação direta e a unidade com outros sindicatos,

como o Sintero, que reúne todos os trabalhadores de Educação, de todas as redes do Estado de Rondônia. Assim, encaminhamos nossa fala na assembleia, defendendo os métodos de luta, como a greve, e a unidade com os outros sindicatos para fazer um grande movimento contra os governos e em defesa dos empregos e salários.

Já o Sintero que realizou no final de dezembro uma assembleia para tirar o plano de lutas para 2015, também preparou a assembleia para o início de fevereiro. Tanto na rede estadual, quanto na rede municipal de Porto Velho há uma revolta dos trabalhadores pelos acordos não cumpridos e pela promessa de mais trabalho e mais controle sobre o que ocorre nas escolas. A perspectiva, por exemplo, no município, de que os professores de Educação Fundamental das primeiras séries teriam aumentada sua carga de trabalho em 2015 é um elemento explosivo. A falta de funcionários nas escolas, a falta de perspectiva de aumento real dos salários, tudo isso pode confluir para uma luta conjunta dos trabalhadores em educação tanto das redes estadual e municipal de Rondônia. E é com essa política de unidade e de enfrentamento aos governos com a greve que temos intervindo junto ao sindicato, tentando romper com a camisa de força que é a burocracia cutista do Sintero.

Como se vê, essas assembleias colocam os trabalhadores em movimento logo nas primeiras semanas do ano. Sem grandes expectativas, projeta-se a luta como única saída para não sofrer mais exploração no trabalho. As tendências de luta de 2015 parecem já se esboçar em nosso estado, a questão está em potencializarmos nossa política e influenciar parte da vanguarda de trabalhadores que surgem nesses movimentos massivos.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) intervém nas assembleias defendendo a unidade da luta dos servidores da educação do estado de Rondônia e dos servidores do município de Porto Velho com o objetivo de fortalecer a ação direta e a luta pelas reivindicações gerais e que unificam os trabalhadores, como o salário mínimo vital, defendido e aprovado nas assembleias.

Rondônia

Violência contra camponeses não cessa em Rondônia

Em 27 de janeiro, mais um líder dos camponeses foi assassinado na porta de sua casa. José Antônio Dória dos Santos, conhecido como Zé Minhenga, de 49 anos, uma das lideranças da LCP – Liga dos Camponeses Pobres. Recebeu quatro tiros. A região de Buritis, Campo Novo, Alto Paraíso, que pertence à microrregião de Porto Velho, embora esteja distante mais de 300 km da capital, é uma região de constantes conflitos entre camponeses, latifundiários e grileiros. Segundo informações, o camponês atuava na região de ocupações, como o da Fazenda Formosa, na divisa entre Buritis e Alto Paraíso.

A antiga ocupação organizada pela LCP vem sendo ame-

açada de reintegração deste o início de 2015. Trata-se de uma ordem de despejo de uma juíza estadual contra os camponeses da área de Canã, que existe desde 2003, em Ariquemes. Pela ordem, os camponeses que, segundo dados do movimento, têm uma das maiores produções independentes de leite e cereais da região, devem até o dia 6 de fevereiro acabar com a ocupação. A Liga vem denunciando que essa é mais um tentativa, já foram nove, da Justiça de destruir a organização dos camponeses do Canã. Como em outras vezes, os dirigentes e camponeses têm afirmado que não sairão pacificamente de suas terras. Totalizam mais de 200 famílias que já organizaram

sua vida em torno da área ocupada há quase 12 anos.

Ao mesmo tempo em que se noticiam mortes de líderes da Liga Camponesa, anunciaram-se operações da Polícia Civil, que pretende prender 40 pessoas, na chamada Operação Captura entre os dias 30 e 1 de fevereiro, algumas das quais indicadas como “prisão preventiva”, também na região de Ariquemes. Apenas coincidência? Absolutamente, não. Ainda que existam ações contra os chamados “criminosos comuns”, há uma articulação das polícias e mesmo da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) para vigiar e conter a ação dos camponeses, dos trabalhadores sem-terra, que estão sob a influência da LCP. Várias notícias e fatos comprovam essa investida contra uma organização antigovernista e que se utiliza de métodos da ação direta para solidificar suas bases no campo.

Mesmo que o governo e seus lacaios da imprensa procurem ocultar a violência dos latifundiários, que se valem dos jagunços, para barrar o avanço da luta camponesa, os acontecimentos da luta de classes falam mais alto. O fato é que o conflito de terras em Rondônia nunca cessou desde o período de colonização dos anos setenta, se intensificando com o conflito que ficou conhecido internacionalmente, o Massacre de Corumbiara (1995) e que serviu de ponta de lança para a criação da LCP, de orientação maoísta-estalinista.

O Partido Operário Revolucionário se coloca incondicionalmente do lado da Liga dos Camponeses Pobres em sua luta contra o latifúndio, contra o Estado e a Justiça burguesas, apesar de nossas profundas divergências programáticas. Apoiamos os métodos de resistência ativa contra a violência reacionária do Estado e da corja de grileiros, latifundiários e de seus jagunços armados.

Paralisação nacional dia 28 mobiliza categorias em Fortaleza: prefeitura corta ponto dos dentistas



A paralisação nacional contra a retirada de direitos mobilizou várias categorias como, dentistas, vigilantes, rodoviários, construção civil, etc. A manifestação foi convocada pela CSP-CONLUTAS e setores de oposição na CUT. Os vigilantes estiveram bastante representados, estão em campanha salarial e denunciam falta de pagamento por parte da prefeitura, os dentistas que estão em campanha salarial vêm fazendo atividades que denunciaram a falta de materiais básicos para atendimento nos postos de saúde e reivindicam melhores condições de trabalho.

A melhor resposta à violência reacionária dos latifundiários e do Estado burguês é a de convocar a classe operária a assumir a direção do movimento da maioria nacional oprimida, da qual faz parte o campesinato. As terras passarão para as mãos dos camponeses pobres somente por meio da expropriação revolucionária e sua nacionalização. Para isso, é necessário constituir a aliança operária e camponesa. Sob a política do proletariado, o campesinato impulsionará a revolução agrária, que será parte da expropriação geral da burguesia e das transformações socialistas. O combate dos camponeses e os consequentes assassinatos demonstram a agudização da luta de classes no campo. A partir dela é possível constituir uma fração de camponeses que expressem a estratégia da luta pelo poder e, portanto, da revolução social.

O Partido Operário Revolucionário atua no interior dos movimentos sociais em função da organização da aliança operária e camponesa com o programa da revolução proletária para forjar a unidade de todos explorados e responder à violência reacionária com a violência revolucionária, o que pressupõe construir os comitês de autodefesa para defender os camponeses da reação dos latifundiários e do braço armado do Estado. Está na ordem do dia a defesa dos Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia que são crimes de classe. Só as massas organizadas empunhando a bandeira da revolução social construirão seus próprios Tribunais, seus próprios órgãos de ação e defesa e poderão dar conta desta violência sobre os trabalhadores do campo e da cidade. O POR denuncia o assassinato de todo trabalhador, de todo camponês, defendendo todos os oprimidos contra a violência e reação dos opressores.



A prefeitura cortou o ponto dos que fizeram a paralisação e participaram de uma ação da categoria junto à população na Praça do Ferreira. Alegou que a ação dos dentistas prejudicou a população, mas se trata claramente de uma retaliação por parte da administração de Roberto Cláudio (PROS), pois quem de fato tem prejudicado a população é a administração municipal. A diretoria do sindicato também denunciou a terceirização feita pelo Instituto de Saúde e gestão hospitalar (ISGH) e a crescente terceirização.

Setores da oposição se unificam e formam chapa para disputar as eleições na Apeoc!

Há alguns anos, a Corrente Proletária/POR, outras correntes e independentes trabalhavam na perspectiva de unificar a luta contra a burocracia traidora da Apeoc. A luta da oposição contra a direção da Apeoc era fragmentada e sem muito sucesso. A burocracia sempre sabotava as lutas durante as greves e assembleias.

Os primeiros passos da unidade opositora ocorreram na greve de 2011. Durante a greve desse ano, formou-se um núcleo oposicionista que lutava contra a Apeoc e adotou o nome de REDE de ZONAIIS (PSol, anarquistas, POR, Crítica Radical, PCR e independentes). O PSTU e O Trabalho/PT eram os únicos setores de oposição que se recusavam a participar, não compreendendo a importância dessa unidade. No mesmo ano de 2011, na mesma greve, cometeram o erro de não se unirem com a REDE de Zonais no ato do sete de setembro (parada militar na beira-mar) e, por fim, acabaram se juntando com Anízio Melo, presidente da Apeoc, votando e defendendo o fim da greve. O PCB naquele momento fazia parte da direção da Apeoc e defendia e se aliou à diretriz política da burocracia da Articulação/PT, DS/PT/PCdoB durante a greve de 2011.

Entre 2012 e 2014, a rede de zonais continuou a se reunir e os camaradas do PSTU continuaram a boicotá-la. No final ano de 2014, os companheiros se colocaram pela a unidade por meio do chamado público para uma chapa unificada, que foi prontamente atendida pelos setores da antiga Rede de zonais. A unidade foi construída, apesar do boicote das correntes PCR e O Trabalho.

Para a Corrente da Proletária na Educação/POR, as bases da unidade se formam de pontos programáticos que expressem uma prática comum, e por meio do direito de divergência e de crítica interna, assim como a honestidade, a lealdade, o respeito, o espírito de iniciativa/luta e a necessidade do combate à burocracia sindical traidora da Apeoc para fazer avançar a luta, e defender as conquistas da categoria ou repelir os ataques dos governos.

Apesar das divergências quanto à precarização do trabalho dos professores de contrato temporários, em que a Corrente Proletária/POR levantou e levanta a bandeira correta da efetivação e estabilidade para todos os servidores da educação. A posição que foi aprovada em plenário foi a do PSTU/PCB e PSol, que compreende de modo equivocado o fim da precarização por meio da realização do concurso público. Assim também, nos opusemos à posição da chapa de recorrer à justiça burguesa para garantir a homologação no pleito das eleições do sindicato

e resolver problemas do movimento, como no caso da inscrição de chapa no processo de eleições de sindicatos e centrais, entre outras coisas. E, por último, a diferença quanto ao salário inicial da categoria do magistério: para a Corrente Proletária, é o salário mínimo vital, que compreende que nenhum trabalhador da educação deve ganhar menos de R\$ 4.600,00 no início de carreira e com reajuste automático de acordo com a inflação, ou seja, escala móvel de reajuste. As demais correntes concordaram com o salário do DIEESE.

Há dificuldades de recursos financeiros da chapa para fazer campanha na capital e no interior, e isso é um obstáculo no avanço da divulgação da chapa, da luta e da denúncia da burocracia traidora da Apeoc. Apesar do PSTU participar da chapa e de controlar a central da CSP-CONLUTAS, não tem ajudado materialmente, como faz em outros sindicatos em que estão disputando as eleições sindicais. Seu apoio se resume ao acompanhamento de uma advogada. Desde no início da discussão da necessidade da unificação dos setores da oposição e da formação de uma chapa, o PSTU procurou de todas as formas a via da justiça burguesa para inscrever a chapa diante do estatuto da Croniano do sindicato Apeoc, ao invés de mobilizar a categoria no interior. Afirmou que isso gastaria muitos recursos financeiros e materiais do aparato da CSP-CONLUTAS para possibilitar a articulação e mobilização da base.

Por fim, o governo de Camilo é burguês, portanto inimigo dos trabalhadores em educação. Nas condições de crise internacional e desaceleração econômica no país, vai atacar as condições de vida das massas e do funcionalismo público. Já na primeira reunião, com o novo secretariado, anunciou um corte de 25% em todas as secretarias. No entanto, a saúde, a educação e a segurança perderão 20%! A ordem do governador é reduzir o custeio da máquina administrativa do estado. Essas medidas adotadas são para proteger os lucros dos capitalistas diante da crise do capitalismo e não vai parar por aí. A Corrente Proletária na Educação/POR alerta os professores a não confiarem no governo petista. A se colocarem como oposição revolucionária e, com a oposição unificada, a enfrentar o governo do estado e a direção governista da Apeoc, que é um agente do governo no seio da categoria. Barrar os objetivos dos governos Camilo Santana/PT/Dilma/PT e Roberto Cláudio/PROS, que vão avançar nos ataques aos nossos direitos e na destruição da escola pública!

Fora a burocracia traidora da Apeoc!

Fortalecer a Oposição Unificada!

S. Paulo: Professores da rede estadual sofrem com o desemprego e subemprego

É PRECISO IR À GREVE!

No dia 29 de janeiro, a Apeoesp (sindicato docente da rede estadual de São Paulo) fez sua reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER). Na tarde do mesmo dia, realizou um ato na Praça da República. A situação está marcada pelo fechamento de mais de mil salas de aula, pelo desemprego e subemprego. Apesar de ser ainda férias, milhares de professores compareceram ao ato. Como resposta, a burocracia do sindicato e correntes de oposição se unificaram em torno do dia 27 de fevereiro para realizar a reunião de representantes de escolas e assembleia para 13 de março. Essa proposta acabou sendo aprovada.

A Corrente Proletária, ao contrário, colocou-se por uma assembleia em 6 de fevereiro para aprovar a pauta de reivindicações e o início da greve. Apoiou sua defesa na situação de investida dos governos contra os trabalhadores. Mostrou que o governo lançou as medidas que quebraram direitos e elevam impostos e tarifas, como o seguro-desemprego e pensões, o retorno da Cide, aumento da alíquota do IOF etc. Portanto, medidas para proteger os parasitas do capital financeiro contra a vida dos explorados. No estado,



Alckmin e Haddad seguem as diretrizes do governo federal, cortando verbas para a educação, arrochando salários, elevando as tarifas dos transportes públicos e impondo o corte de água nos bairros populares. Diante desse quadro, defendeu que era um crime não lutar imediatamente pelo emprego e pelo salário. Por fim, o militante do POR defen-

deu a unidade do ato com o movimento do passe-livre, que realizava a manifestação na Av. Paulista.

O PSTU/Oposição Alternativa apresentou uma proposta intermediária. Realizar uma assembleia no dia 27 de fevereiro. Recusou a proposta da Corrente Proletária, utilizando o mesmo argumento da burocracia de que era preciso mais tempo para organizar os pro-

fessores. O PCO seguiu a linha defendida pelo POR no CR.

Com a Oposição dividida, a burocracia unida ao PSol venceu. A assembleia ficou para março. A trégua dada ao governo dificultará a organização dos professores desempregados e, certamente, haverá maior pressão dos diretores de escolas sobre os professores contratados. Mas, a tarefa colocada agora é realizar uma grande campanha nas escolas, por uma assembleia massiva para o início da greve.

Militante do POR agredido por burocratas da Apeoesp

O militante do Partido Operário Revolucionário que defendeu a proposta no ato de: 1) greve a partir do dia 6 de fevereiro e 2) unificação do ato com a manifestação da juventude na Avenida Paulista, que tinha como centro a luta contra o aumento das tarifas dos transportes públicos.

Depois de sua defesa, foi abordado por burocratas que exigiram sua descida do carro. A resposta do militante foi que deveria permanecer, tendo em vista que a proposta deveria ser votada. Não deu outra: foi empurrado escada abaixo e depois para fora do carro.

Está aí um exemplo do que é ser burocrata sindical.

Diante da proposta de unidade com o movimento que vem se chocando contra o governo, a burocracia parte para a violência. Coube ao burocrata Gonzaga (tesoureiro do sindicato), com o auxílio de seu compincha, agredir o militante. O que não contava era que vários professores e militantes do POR saíram em defesa do professor-agredido.

O POR manifesta seu repúdio à ação violenta da burocracia sindical. E conclama os professores a defender o direito de manifestação e expressão nas assembleias, atos, etc. Considera que foi mais um ataque à democracia operária.

Nesta edição:

- Bolívia: As negociações em torno do aumento dos soldos e dos salários
- A chave da crise grega – construir o partido marxista-leninista-trotskista
- O proletariado da Ucrânia deve pôr fim à guerra civil
- Terrorismo de Estado no Egito

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia: As negociações em torno do aumento dos soldos e dos salários

A BUROCRACIA COBISTA se coloca de joelhos diante do governo

Evo pediu aos dirigentes da COB que sejam racionais em sua pauta salarial. Não se trata de cuidar somente dos trabalhadores, tem de cuidar também dos empresários, assinalou

Por outro lado, o novo ministro do Trabalho, o espertalhão, Gonzalo Trigosso, assinala que está disposto a ouvir a proposta dos empresários.

A pauta de reivindicação apresentada ao governo em 26 de janeiro do presente ano, referente à política salarial que deve aplicar o governo e ao aumento dos soldos e salários, é demagógica e contraditória. Pretende encobrir a total capitulação dos dirigentes traidores da COB diante da política de fome e pró-patronal do governo do MAS.

No ponto 1.1., que se refere à política salarial que o governo tem de aplicar assinala: “Exigimos a implementação de uma política salarial de curto, médio e longo prazo, sobre a base do custo familiar, integrada por componentes necessários para Viver Bem e dignamente, tendo em vista que o salário deve garantir uma alimentação adequada, moradia digna, vestimenta, educação, assistência em saúde, transporte e previdência social...”

Aparentemente, os dirigentes oficialistas da entidade matriz estão refletindo as resoluções de congressos e plenárias, onde se exige como única referência para calcular os soldos e os salários o custo para manter uma família, mas, imediatamente depois, os traidores abrem a tranca ao burro, quando dizem que o salário igual ao custo familiar deve ser aplicado a curto, médio e longo prazo, caindo assim na lógica empresarial de assinalar que, sendo justa a aspiração trabalhista, ainda não há condições para sua materialização. Assim, o direito que têm os trabalhadores de viver em condições humanas é jogado para as calendas gregas.

Os burocratas fazem que não entendem que o problema da comida, da vestimenta, da saúde, etc. não é para um futuro indeterminado, mas para agora. As necessidades concretas de sobrevivência exigem soluções imediatas, não podem esperar as possibilidades futuras do empresário e do Estado burguês. A traição desta gente consiste precisamente em subordinar as necessidades e as aspirações dos explorados aos interesses do patrão.

No ponto 1.2, que se refere especificamente ao reajuste de

soldos e salários, diz: “O aumento salarial de 2015 deve repor a perda real do poder aquisitivo do salário...”. Neste ponto, os dirigentes concordam com as declarações de Evo Morales quando defendem que o aumento será igual ou ligeiramente superior ao índice de inflação de 2014.

O governo tem todas as possibilidades de manipular as estatísticas que se referem à inflação. De fato, o índice de 5,19% que nos apresenta o INE, como índice de inflação do país de 2014, é falso, os dados reais se encontram nas ruas e nos mercados. Não resta dúvida que o preço dos alimentos subiu acima de 30%. Se o governo e os burocratas usam esses 5,19% como ponto de partida para determinar o reajuste de 2015, os trabalhadores receberam muito menos que o ano anterior, seus salários perderam sua capacidade de compra na mesma proporção da inflação real. Deste modo, a política burguesa do governo está convertendo os salários em cada vez mais nominais, que se traduzem como um monte de papeis enganosos.

Ao divulgar a pauta de reivindicação da COB, criou-se muito malestar nas bases de diferentes setores trabalhistas. Com muita razão, disse que esse documento não foi consultado nas bases e não representa as verdadeiras necessidades destas. Já não há nada o que discutir nas comissões formadas por burocratas e governantes. Como já foi dito, a pauta repete exatamente a mesma política burguesa do governo em matéria salarial e o agravante é que Evo Morales pediu reiteradamente aos dirigentes para serem comedidos; recomendou que, acima de todas as coisas, deve-se impedir o levante das bases em mobilizações e greves.

Os trabalhadores não devem abandonar, sob nenhuma circunstância, sua política salarial, que se resume no salário igual ao custo familiar. Por outro lado, este deve ser reajustado automaticamente no mesmo nível em que sobem os preços dos artigos de consumo. Levando em conta que a burocracia está totalmente controlada pelo governo, a luta deve generalizar-se a partir das bases. Somente a mobilização unitária de todos os explorados poderá derrotar a política econômica antioperária do governo.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, n. 2388)

Grécia

A chave da crise grega – construir o partido marxista-leninista-trotskista

A constituição de um governo pequeno-burguês de esquerda indica o enfraquecimento da burguesia grega perante as massas exploradas. As velhas forças políticas se desintegram. O partido socialdemocrata (Pasok) foi varrido nas eleições. O partido da oligarquia financeira (Nova Democracia - ND), que dirigia a coligação governamental, se decompôs e perdeu as eleições para a Coalizão de Esquerda Radical (Syriza).

As variantes de esquerda vinham se potenciando eleitoralmente diante da crise mundial. Observa-se que o Partido Comunista (KKE) concorreu com candidato próprio e obteve 15 cadeiras no Parlamento, três acima do Pasok. A Nova Democracia (ND), que detinha a máquina do Estado, passou a ser a segunda força, com 78 parlamentares. Syriza alcançou 151. Para fazer a maioria, coligou-se com “Grécia Independente” (nacionalista de direita), que obteve 13 postos no Parlamento.

Em resumo, a improvisada Syriza, constituída em 2004 por meio da junção de inúmeros agrupamentos sem qualquer identidade programática, serviu de canal à classe média e setores do proletariado para expressarem seu descontentamento com o desmoronamento econômico social do país e com a diretriz governamental de aplicar os planos ditados pelo capital financeiro europeu.

A esquerda reformista e centrista saudou quase que unanimemente a eleição de Alexis Tsipras, ex-militante do Partido Comunista e convertido em socialdemocrata de esquerda. Parte dela tem filiação com a Syriza e parte que não a integra defendeu o voto em seu candidato. Há quem diga que a vitória é “um primeiro passo dos trabalhadores da Grécia em sua luta contra o ajuste e o capitalismo internacional.” (Declaração de PO argentino). Ou: “O resultado eleitoral expressa um vitória política do povo trabalhador grego” (Declaração do Secretariado Internacional da Liga Internacional dos Trabalhadores - LIT-QI).

Sem dúvida, tratou-se de um importante acontecimento no seio da Europa encerrada em uma grande crise e da União Europeia que chegou ao seu limite. Os explorados gregos que estiveram acomodados por um período dourado da Zona do Euro e que foram arrastados pelo governo por trás da promessa franco-alemã de um florescimento econômico do velho continente, sob a bandeira da unidade europeia, repentinamente viram a Grécia ser arrastada por um turbilhão incontornável.

A tormenta que teve seu epicentro nos Estados Unidos em 2008, que cobriu a Europa e que arrasou a Grécia recaiu em grande medida sobre os explorados. Já não era possível a acomodação social. As ilusões na capacidade de a burguesia superar as fronteiras nacionais, impulsionar as forças produtivas em favor de todas as nações associadas e abrir um novo capítulo de desenvolvimento social não mais puderam ser alimentadas, embora persistam entre os gregos como sombras.

Ou os atingidos em seus empregos, em seus salários ou em seus pequenos negócios saíam em luta de massa contra as

violentas medidas antinacionais, antioperárias e antipopulares, ou então deixariam a barbárie avançar livremente. Os explorados se lançaram às ruas com o método próprio da classe operária: greves setoriais, greves gerais, manifestação de rua, bloqueios, ocupações e enfrentamento com a polícia. É bom lembrar que foram várias as greves gerais, ainda que delimitadas e fortemente controladas pela burocracia sindical (os estalinistas e socialdemocratas são responsáveis pelas limitações da greve geral).

Em meio à situação convulsiva, em maio de 2012, ocorreram as eleições legislativas. A coligação ND e Pasok não fez a maioria parlamentar para definir o 1º Ministro. Novas eleições foram realizadas. Tornou-se finalmente possível o governo de coalizão. No entanto, Syriza se fortaleceu sob a bandeira de fim da austeridade e de defesa de uma nova diretriz voltada ao crescimento, à recuperação dos empregos e salários. Nem bem se constituiu o novo governo com a escolha de Antonis Samaras (ND) para 1º Ministro, as massas saíram às ruas protagonizando a quinta greve geral de 2012. Reagiram à quarta ofensiva do capital financeiro. Cercado por uma multidão, o Parlamento aprovou o novo pacote antinacional e antipopular. O ano seguinte também foi marcado por greves gerais e manifestações.

A crise política recrudescceu. No entanto, os explorados não contaram e não contam com uma direção revolucionária. Ou seja, uma direção que materializasse no interior do combate o programa da revolução proletária. As direções – estalinistas e socialdemocratas – canalizaram a revolta para as eleições. Evitaram que a luta de classes se dirigisse à tomada do poder do Estado. A classe operária sem política própria segue uma das variantes da burguesia ou da pequena-burguesia. A política de poder da burguesia se esgotou com o Pasok e a ND. Aos olhos dos oprimidos, já não havia como manter as ilusões de que o caminho traçado pelo capital financeiro e assumido pela burguesia grega seria curto e que o brutal sacrifício resultaria em um final positivo para a Grécia.

Que alternativa de governo restava para a maioria que suporta a crise? A direita nacionalista e fascista (Grécia Independente e Amanhecer Dourado) estava na contramão das tendências democratizantes implantadas pela burguesia na população. O Partido Comunista que se destacou por frear o ímpeto de luta das massas e, por sua história de colaboração com o Pasok, não se mostrou confiável. O movimento pequeno-burguês “Sinaspinismo” (anti-globalização, ecologistas, humanistas, enfim uma plêiade de reformistas) apareceu, portanto, como possibilidade de realização de mudanças por meio da democracia, das eleições, do parlamento e de um novo governo que se declarou avesso ao ditames da autoridade europeia e, em particular, da Alemanha. Trata-se, sem dúvida, de um desvio da via revolucionária aberta pelas greves e manifestações de massa.

Os credores – os maiores são bancos alemães e franceses – reeditaram as ameaças de 2012 sobre o perigo da Grécia ser desligada da União Europeia e seus bancos quebrarem. Desta vez, o avançado estado de calamidade social não permitiu que a campanha da “Troika” em favor do candidato Antonis Samaris (ND) evitasse a ascensão de Alexis Tsipras (Syriza). A maioria estava pela constituição de um governo que não desse continuidade ao odiado Memorando (acordo imposto pelos credores).

As massas recorreram às eleições à procura de uma solução para o desemprego, a fome, o frio, os despejos, as doenças e a perspectiva sombria da barbárie capitalista. Recorreram assim a uma via não revolucionária. O movimento pequeno burguês de contestação se potencializou. Fenômeno político que se deveu não apenas ao desabamento dos velhos partidos, mas também à ausência de um partido revolucionário implantado no proletariado.

De fato, nem a oligarquia financeira que comanda a União Europeia, nem a burguesia grega viram a eleição de Tsipras como um real perigo aos seus interesses gerais. A Syriza também procurou demonstrar que não encabeçava um movimento revolucionário e nem pretendia fazê-lo. Mudou o tom de sua campanha e reviu posições que pareceram radicais nas eleições parlamentares de 2012.

Tsipras e seus assessores em economia deixaram claro que não pretendiam rasgar o Memorando. Pelo contrário, o objetivo era o de cumpri-lo, mas para isso a Grécia precisava respirar, sair da recessão e acudir minimamente os explorados que foram empurrados para a miséria. Essa posição se sintetizou na bandeira “Deixem-nos trabalhar”.

Uma renegociação da dívida poderia estabelecer um novo quadro de convivência da Grécia sob o comando da oligarquia financeira e das potências dominantes na Zona do Euro (Alemanha e França). Os reformistas pequeno-burgueses da Syriza se esforçaram na campanha eleitoral em demonstrar que o país estava quebrado e que as medidas do Memorando ao longo do tempo o afundaram ainda mais em contradições que deveriam ser enfrentadas por meio de um novo acordo.

A insistência em manter o Memorando e sustentar o governo fantoche que aplicava novas medidas antipopulares a cada parcela do resgate que a Grécia recebia do Banco Europeu e do FMI trazia um grande perigo para a burguesia. As massas recorriam ao método de luta direta. Por enquanto defensiva, mas poderiam avançar no quadro de uma situação revolucionária. A ausência do partido revolucionário impossibilitava que levantassem um programa próprio e tomassem a solução da crise em suas próprias mãos. Mas poderiam recorrer à constituição de organismos de poder. O que obrigaria a burguesia sufocar a luta com brutal ação policial e estabelecer um governo totalitário. Na situação de

resistência geral da classe operária e de camadas da pequena burguesia oprimida na Europa, essa solução poderia alimentar a luta de classes em toda a parte.

Os dirigentes da Syriza procuram tirar proveito da instabilidade. De um lado, ganharam apoio de maior parte dos explorados; de outro se habilitaram para propor uma reestruturação do Memorando. O governo pequeno-burguês está obrigado a fazer as vezes de um governo burguês; ou então servir a uma ruptura revolucionária com as massas recorrendo aos seus métodos de luta e procurando soluções próprias. Imediatamente, Tsipras se pôs a serviço de uma recomposição das forças burguesas no Estado, que viria com a renegociação da dívida impagável. Essa é a tarefa fundamental do governo pequeno-burguês. Não será nada fácil na situação de agravamento da crise mundial e europeia e do avanço da luta de classes.

O êxito inicial e provisório do novo governo depende da avaliação que faça a “Troika” sobre a possibilidade de concessão: medidas emergenciais prometidas de proteção aos miseráveis, apoio a setores da burguesia grega, convívio da burocracia sindical e recuo do movimento de massa. Nota-se

que é preciso retrain as massas como primeira condição. O estabelecimento de uma política de conciliação de classes em uma situação revolucionária vale ouro para a oligarquia financeira. A burguesia aceitou a ascensão da Tsipras e a democracia a assimilou justamente porque surgiu como um canal de desvio das tendências revolucionárias dos explorados. Outra via burguesa seria a do totalitarismo, provavelmente



do golpe militar.

A esquerda revisionista, centrista, como já assinalamos, se entusiasmou com o resultado das eleições. O principal argumento é que as massas votaram contra o Memorando, deram um basta ao plano de austeridade, etc. Houve pronunciamentos mais contundentes: “Os resultados foram um golpe político manifesto contra a Troika (...)” ou “Nestas eleições, Syriza se converte na principal ferramenta dos trabalhadores gregos para derrubar os partidos do Memorando e do saque. Por isso, chamamos a votar por Syriza.” No entanto, ao lado de tais avaliações, os redatores foram obrigados a reconhecer que o novo governo não assumirá “um programa de ruptura com o euro e com a Troika”, que o “pacto com a direita” (coalizão com Gregos Independentes-Anel) “tem o significado estratégico de abortar o desenvolvimento político independente de esquerda e estabelecer, como alternativa, a unidade nacional” e que “longe ficaram as promessas de Syriza de interromper unilateralmente o pagamento da dívida externa, de sair da OTAN e outras bravatas que se fez durante as eleições de 2012.”

A emergência da Syriza nas eleições legislativas despertou ilusões na possibilidade de “um governo de esquerda”. Pre-

tendia-se que a sua unidade abrangesse inclusive o Partido Comunista. O pressuposto era de que uma ampla coalisão resultaria na derrota eleitoral do governo ND-Pasok, o que abria caminho para a luta pelo poder revolucionário. A unidade de “esquerda” não se concretizou, mas a Syriza saiu vencedora e o Partido Comunista se projetou. A ilusão dos revisionistas do trotskismo não pôde se sustentar por muito tempo. Estão obrigados a reconhecer que o novo governo se constituiu adaptado ao domínio da oligarquia financeira. Se se vai mais a fundo, a ilusão esquerdista tem suas raízes na suposição de que a Syriza poderia se converter em ferramenta dos trabalhadores para derrubar os partidos da burguesia. O que pressupõe ocupar um lugar revolucionário na luta de classes. Uma outra face da ilusão esquerdista está em idealizar um “governo de esquerda” como uma via revolucionária a ser usada pelas massas. Para sustentar essa miragem, é preciso ocultar o caráter de classe de tal governo. Os acontecimentos se encarregaram de revelar antecipadamente que a Syriza daria lugar a um governo pequeno-burguês incapaz de dirigir os explorados contra a burguesia grega e de desfechar um golpe contra a brutal opressão das potências imperialistas.

Uma outra unanimidade nesse terreno está em que a esquerda centrista recomenda não apoiar o governo, confiar apenas na luta dos trabalhadores e defender as suas reivindicações. Melhor assim, evidentemente. Mas nem por isso se esgotaram as ilusões esquerdistas. Eis o que diz a corrente morenista do PSTU: “Trata-se de exigir aquilo pelo que se votou: uma transformação social.” As massas votaram na Syriza com a esperança de aliviar o peso da crise sobre suas costas. As ilusões democráticas despertadas pelo reformismo pequeno burguês não lhe permitiram ir além das necessidades imediatas. Não votaram “por uma transformação social”. Verão que o governo pequeno burguês de Tsipras é impotente diante da burguesia assim que suas necessidades vitais não forem resolvidas e que terão de continuar arcando com a desintegração do capitalismo.

Observa-se que a esquerda revisionista foi pródiga em apresentar um programa de ruptura com a burguesia. Referem-se à nacionalização dos bancos e do comércio exterior, expropriação da grande indústria, com controle operário, divisão das horas entre empregados e desempregados, aumento do salário mínimo de acordo com as necessidades básicas, revogação da reforma trabalhista, etc. Coloca-se por uma “saída anticapitalista” e sob a defesa de “um governo dos trabalhadores” e até mesmo dos “Estados Unidos Socialistas da Europa”. Neste caso, também dizemos, “melhor assim”! Somos obrigados a lembrar que os revisionistas constituem frentes eleitorais de esquerda na Argentina e Brasil, sem contudo defender um programa de expropriação da burguesia, a estratégia revolucionária e demonstrar que por meio da via eleitoral os explorados jamais conquistarão o poder.

A Grécia se submeteu aos ditames da União Europeia sob o domínio da aliança franco-alemã. A crise mundial fez saltarem os elos mais fracos de sua cadeia. Espanha, Portugal, Itália e Grécia passaram a suportar o peso da “unificação”, com seus Estados, governos e burguesias servindo diretamente ao capital financeiro. A criação da Zona do Euro resultou não do desenvolvimento das forças produtivas, mas de seu bloqueio. Num primeiro momento, com o rebaixamento das fronteiras nacionais para o livre comércio, pareceu que se havia encontrado uma solução para a paralisia econômica. Mas, de fato, serviu fundamentalmente à Alemanha, muito mais do que à França e Inglaterra (os ingleses não aderiram ao Euro).

A eclosão da crise mundial de superprodução se encarregou de pôr fim à gigantesca investida do capital parasitário. Abriu-se um período de quebra dos Estados nacionais mais débeis, sujeitos ao capital financeiro, que, por sua vez, chegaram à borda do precipício com a impossibilidade dos seus devedores saldarem as dívidas. A tormenta desabou sobre as massas. O naufrágio da Grécia refletiu a devastação mais brutal de um dos Estados da União Europeia e da Zona do Euro. O bloqueio das forças produtivas permanece. Estão excessivamente desenvolvidas e em choque com as rela-

ções capitalistas de produção. O gigantesco capital financeiro em grande parte não tem como servir à produção. Dela se afastou e promove a especulação para se valorizar. Não se trata de uma contradição da Europa, mas do capitalismo mundial. A tempestade que varreu a pequena Grécia e que danificou seriamente a Espanha, etc. foi apenas afastada.

Novos temporais estão por vir, como demonstra a decisão do Banco Europeu de injetar mais de um trilhão de euros em títulos de governos.

O movimento democrático que resultou na Coligação de Esquerda (Syriza) é um rebento da desintegração do capitalismo europeu e mundial. Talvez seja a mais alta expressão da crise de direção revolucionária na Europa. Os explorados se mostram limitados em seu método de luta e sem um programa próprio. Recorrem à via das eleições para constituir um governo pequeno-burguês, que de antemão sabe que será impotente diante da oligarquia financeira e da firme determinação das potências em impor o saque à Grécia.

Ao contrário do que supõem os revisionistas e reformistas, a Syriza não é um instrumento que serve à luta das massas, mas sim à burguesia grega. Não se trata apenas de um prognóstico sobre o destino do novo governo. O movimento pequeno-burguês se habilitou como um partido da ordem capitalista para disputar as eleições e constituir um governo substituto ao falido governo burguês da coligação Samarás/Vernizelos. Trata-se de salvar os interesses gerais dos exploradores, preservar o poder do Estado e quebrar o ímpeto revolucionário dos oprimidos. O governo de plantão pode desmoronar, mas



não a ditadura de classe da burguesia.

As massas estavam em choque contra o governo venal da ND/Pasok protagonizando greves e manifestações, mas não podiam avançar contra a classe burguesa e seu Estado. Estavam sob a direção da burocracia sindical e condicionadas pela via eleitoral apresentada pela Syriza. Essa é a contradição fundamental: o proletariado não pôde assumir a direção das massas, que inclui a pequena burguesia arruinada, porque lhe faltou o partido marxista-leninista-trotskista. Faltou-lhe uma força organizada que empunhasse suas reivindicações, que as ligasse ao programa de expropriação revolucionária da burguesia e que as dirigisse à tomada do poder. Desenvolve-se uma situação revolucionária na Grécia, sem o partido da revolução proletária.

Ao invés de se entusiasmar com a votação obtida pela Syriza, é preciso alertar os explorados sobre o seu papel de desvio da revolução. Esse aspecto é essencial diante das contradições do movimento pequeno burguês democrático. Não se trata de desconhecer a evolução política dos explorados, que têm de passar pela luta democrática. O fato de rechaçarem os velhos partidos no plano eleitoral é um importante passo no sentido da independência política. Mas é preciso explicar que a Syriza e seu governo são um obstáculo para o avanço da organização e consciência revolucionária do proletariado e de sua vanguarda. Esse processo tem a ver com a luta pela construção do partido revolucionário.

A Oposição de Esquerda Internacional chegou a constituir uma seção na Grécia. Em abril de 1934, Trotsky escreveu uma carta tratando de uma ruptura em curso da seção grega com a Liga Comunista Internacional (bolchevique-leninista). Demonstra que não havia nenhuma divergência programática e política que explicasse o conflito. E que a alegação de divergência em torno de princípios organizativos não procedia e que “até que as diferenças políticas e programáticas não se manifestem claramente todos os revolucionários têm o dever de salvaguardar a unidade da organização com base no centralismo democrático.” O que tem a ver com a situação atual? O fracasso da seção grega em pôr em pé um partido revolucionário faz parte da crise histórica de direção. Os agrupamentos

vinculados ao revisionismo já mostraram sua fraqueza diante da Syriza e das ilusões democráticas dos explorados. O proletariado grego, como parte do europeu e mundial, somente pode se emancipar do domínio burguês e da influência da pequena burguesia por meio de um partido que constitua o programa da revolução social. Essa é a chave da situação revolucionária na Grécia.

Tudo indica que a Syriza fracassará em retirar os explorados da pobreza e da miséria a que foram empurrados da noite para o dia. Não será capaz de se impor diante da oligarquia financeira e de rechaçar o Memorando. As massas terão de continuar o embate com seus métodos próprios. Têm imensa importância as bandeiras contra o desemprego e o enorme confisco salarial. A situação de penúria é tão grande que reivindicações como gás, luz, remédio, moradia, fim dos despejos impulsionam as massas às ruas. A defesa de um programa de reivindicações transitórias tem tudo para ser compreendido e assumido pelos explorados. Está na ordem do dia o combate pela escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital, que galvanizará as demais reivindicações parciais. Por essa via, pode-se impulsionar no seio do movimento o programa de expropriação, nacionalização sem indenização e controle operário da produção. Nesse sentido, é preciso propagandar a estratégia da revolução e ditadura proletárias (sonegadas pelos centristas).

A crise econômica e a luta de classes na Grécia têm grande importância para o proletariado europeu. Não há governo que não tenha de atacar as massas. E a tendência é de generalizar os enfrentamentos. São inúmeros os sinais de que a luta de classes recrudescerá em toda Europa, com distintas amplitudes e ritmos. Essa nova situação de crise abre caminho para a defesa das conquistas revolucionárias do passado e para as novas respostas do presente. A essência do programa da revolução proletária e do internacionalismo que este encerra se sintetiza na bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa. Somente com ela, o proletariado grego poderá enfrentar a oligarquia financeira, a União Europeia burguesa e derrotar o Memorando.

2 de fevereiro de 2015

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Viva a Revolução Russa de 1917!



A Revolução Russa, as teses de “A Revolução Traída” e o prognóstico histórico de Trotsky

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Conferência Regional de São Paulo 2015



Sob o programa da revolução proletária, responder à crise capitalista e aos ataques à vida dos explorados

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

O Novo Curso



com o Prólogo da edição grega (1933) **León Trotsky (1933)**

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Vitória da esquerda na Grécia

A vitória da esquerda na Grécia tornou-se um fato de grande transcendência no mundo todo, mas principalmente na Europa, sacudida por uma crise fenomenal. A maioria da população votou pelas organizações de esquerda, contra o ajuste, a austeridade, o entreguismo e tem grandes ilusões na administração do novo governo. Os partidos tradicionais foram derrotados eleitoralmente.

É necessário, no entanto, compreender bem esta opção da população. Os oprimidos da Europa acompanham atentamente o curso deste processo, pois, com distinto grau de intensidade, vêem na Grécia o espelho do seu futuro. Por sua vez, os governos capitalistas vêem com preocupação a possibilidade de início de uma situação de radicalização social e que pode se estender. Cercarão a Grécia para impedir que se produza qualquer ruptura. Syriza por sua vez já deu garantias que não irá muito longe com suas propostas, que soam radicalizadas diante das políticas ultraconservadoras a que estão submetidos os gregos desde 2010.

O país vive a mais grave crise com um endividamento monumental (equivale ao 175% do seu PIB) e cada plano dos organismos internacionais, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional, a Comunidade Europeia (a Troika) empurrou-a mais e mais para o abismo. O índice de desemprego, 25,8% é elevadíssimo e entre os mais jovens é catastrófico (chega a quase 60%). A dívida está concentrada nas mãos dos estados europeus, em primeiro lugar Alemanha e França.

As potências europeias afirmam que não haverá perdão da dívida, que Grécia tem de cumprir com os compromissos, que sua dívida já foi reestruturada no passado e que não pode sair da zona do Euro. Colocaram-lhe num cerco para que o novo governo não rompa com suas regras e mantenha os planos de austeridade. Chantageiam-lhe dizendo que os cidadãos europeus não têm por que arcar com a dívida grega. O primeiro ministro Alexis Tsipras está indo negociar com todas as instituições que conformam com a “troika” um novo acordo.

Mas, não se pode conciliar o interesse nacional grego de sua população com os interesses do capital financeiro. Não há acerto possível, e é isso que deve se dizer e fazer! Não se pode perder o tempo mendigando planos de investimentos para reativar a economia, que aceitem algumas concessões às massas para amortecer os planos selvagens de austeridade e tempo para preparar uma proposta de pagamento da dívida. Esse é o caminho do reconhecimento da dívida. Este não foi o mandato que lhe deu a população.

O único jeito de que o apoio eleitoral não acabe numa nova frustração política é que se tomem as medidas elementares de defesa da soberania nacional, se desconheça toda a dívida, recuperem todas as empresas privatizadas estatizando-as sem pago, criar sua própria moeda, recuperar toda a soberania que foi entregue. Nenhum compromisso com a burguesia e seus partidos, romper com todos eles, nenhum acordo, nenhuma conciliação. Entretanto, o acordo para formar governo com um partido nacionalista de direita “gregos independentes”, indica que Syriza vai no rumo exatamente oposto.

O caminho não são as leis, não é o Congresso, não são os acordos assinados. O caminho é o das massas mobilizadas, ocupando todos os lugares, confiando exclusivamente na sua ação direta e construindo organismos de democracia direta, recuperando a Grécia para os gregos, chamando os operários, aos desempregados, estudantes, camadas médias de toda Europa a apoiar sua política. Não estão sozinhos nem isolados. Permanecer no terreno

parlamentar, no que se pode ou não fazer no plano da legalidade será a cilada que terão que superar as massas. Não é ali onde se decide o destino da Grécia. É necessário romper todos os acordos de sujeição colonial às grandes potências.

Não permitamos que se engane às massas provocando ilusões no novo governo grego, mesmo que tenha atritos e choques com os governos das potências, que atuam com os agentes diretos do capital financeiro.

A política do movimento Syriza é pequeno-burguesa e, por isso, será impotente para dar resposta aos graves problemas de seu país. A presença de ex-militantes do Partido Comunista, ou de grupos revisionistas trotskistas não deve nos enganar. A pequena-burguesia não é portadora de nenhum programa revolucionário, nem o pode ser. A elevação do salário mínimo de 586 a 751 euros, o plano de facilidades para os devedores do estado, a rejeição dos ajustes orçamentários, a divisão de vale-alimentos, a eletricidade gratuita para os lares mais pobres, a facilitação de vale transporte, o restabelecimento dos convênios coletivos, a suspensão das privatizações é denominado “plano de reconstrução”, e estimam que precisarão 11.300.000.000 de euros para financiá-los. Seria um pequeno suspiro para quem está se afogando, mas não uma resposta radical para resolver a situação dramática do povo grego, que como disseram eles próprios se encontra “em emergência humanitária”. Os poderosos da Europa não querem conceder sequer isto que qualificam de demagogia e populismo (na verdade são expressão da barbárie!). Receiam que se generalize a reclamação desde outros países.

Quais são as reivindicações mais urgentes? Nenhum grego sem trabalho. Repartir todo o trabalho entre todos os trabalhadores. O salário e a aposentadoria mínima devem cobrir o custo de vida, muito acima dos 751 euros estabelecidos como mínimo. Estas medidas elementares junto com a abertura dos livros de todas as empresas, o controle operário coletivo, a nacionalização dos bancos, etc., se chocam com os regimentos coloniais da União Europeia e o governo não está disposto a adotar. As políticas de puro assistencialismo apontam a não tratar os problemas pela raiz.

Não há caminhos intermediários nem vias indolores. A burguesia grega tem vínculos estreitos com o capital financeiro e as multinacionais e não quer nenhuma ruptura. O que quer dizer com clareza que o único caminho viável é o da revolução social. No quadro do respeito à propriedade privada dos grandes meios de produção, das grandes empresas e dos acordos coloniais que impuseram as grandes potências da Europa não há nenhuma possibilidade de desenvolvimento da economia. É necessário liberar as forças produtivas. Não há negociação possível com os esvaziaram a economia e se apropriaram de todos os recursos do país.

A política dos revolucionários, dos marxistas-leninistas-trotskistas, é desenvolver a frente única anti-imperialista que unifique a todos os oprimidos sob a direção política da classe operária para lutar pela conquista do poder e instauração de um governo operário camponês (ditadura do proletariado), que comece a reconstruir a economia em termos socialistas como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Esta estratégia política da classe operária só pode ser desenvolvida por uma direção revolucionária, o partido que é urgente e imprescindível construir.

Declaração do POR Argentino

O proletariado da Ucrânia deve pôr fim à guerra civil

Já se fala sobre o risco de “guerra total” na Ucrânia. Eis o que diz o presidente da França, Francois Hollande: “Nós estamos em meio a uma guerra – uma guerra que pode ser total”.

Estimam-se 5,3 mil mortos. De fato, a Ucrânia se despedaçou desde a crise de novembro de 2013. No entanto, os conflitos que levaram à guerra civil são anteriores. Remontam ao final dos anos 80 e início de 90. O movimento pela separação da Ucrânia da União Soviética é antigo, desponta sob a ditadura burocrática de Stálin. É sufocado. Ganha força com o avanço do processo de restauração capitalista, que culminou com a desintegração da União Soviética.

A burocracia pró-capitalista ucraniana aproveitou para concretizar em agosto de 1991 a declaração de soberania do País, aprovada em 1990 pelo ainda Soviete Supremo da Ucrânia. De acordo com o imperialismo norte-americano e europeu é desmontado o aparato nuclear, em 1993. Velhos conflitos, no entanto, vieram à tona. Entre eles, a questão da Crimeia, que detinha o status de república autônoma. O parlamento da Ucrânia revoga essa condição em 1995 e a incorpora, apesar de a maioria da população ser russa. A decisão não agradou e o governo russo, mas se chegou a um acordo – a maior parte da frota militar do Mar Negro ficou com a Rússia e o estratégico porto de Sebastopol é arrendado a perder de vista. A Gazprom passou a fornecer energia subsidiada à Ucrânia.

O fato de a Ucrânia ter participado da constituição da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que pressupunha permanecer sob a tutela da Rússia, não resolveu o trauma da separação. Não era possível desvincular a restauração capitalista da pretendida independência da Ucrânia frente à Rússia. Em outras palavras, a restauração levou ao desabamento da União Soviética e esta à separação da Ucrânia, como dos demais 15 estados (Geórgia, Azerbaijão, etc). O triunfo das forças pró-capitalistas inevitavelmente levaria a Ucrânia para os braços do imperialismo europeu e norte-americano, como estabeleceu as premissas para o avanço dos monopólios sobre a região, incluindo a Rússia.

A destruição da União Soviética foi o resultado final do triunfo da burguesia mundial sobre o proletariado. O estalinismo e as suas variantes incorporadas à burocracia do Estado soviético degenerado não passaram, em última instância, de instrumento do imperialismo. A própria Rússia se colocou na condição de Estado subalterno. As forças restauracionistas não são senão expressão do capital financeiro, dos monopólios internacionais e das frações nacionais do capital voltadas à recuperação da propriedade privada dos meios de produção. São também expressão do domínio imperialista e da subserviência das semicolônias. Está aí por que o processo restauracionista que parecia caminhar sem grandes confrontos dá lugar a uma guerra civil na Ucrânia,

alimentada pelo imperialismo ocidental e pela potência regional russa.

Basta observar a recente história política da Ucrânia para se verificar que se constituíram no Estado duas frações da velha burocracia: uma pró-imperialista e outra pró-russa. Em 1994, se instalou o primeiro presidente eleito, Leonid Kuchma, considerado “independente”. Põe em marcha medidas restauracionistas, apoiadas pelo imperialismo. É reeleito, mesmo pesando-lhe sérias acusações de corrupção. Nas eleições de 2004, vence Viktor Yanukovich, ligado à Rússia. Explode um movimento para destituí-lo (Revolução Laranja). As eleições em 2005 levam ao poder Viktor Yushchenko, ligado ao imperialismo norte-americano e europeu. Está consolidada a divisão política da Ucrânia, não apenas pelas forças internas, mas sobretudo pelas forças externas.

Viktor Yanukovich volta ao poder e frustra a assinatura do acordo de adesão da Ucrânia à União Europeia. A oposição mobiliza suas forças. Kiev é tomada pelos pró-União Europeia. Yanukovich é derrubado. A Crimeia decide por plebiscito se ligar à Rússia. Agrava-se a crise com uma grande campanha do imperialismo. No leste, ergue-se um movimento autonomista pró-Rússia. Eclodia a guerra civil.

A independência e a restauração capitalista na Ucrânia foram inicialmente controladas pela Rússia, de comum acordo com os Estados Unidos. A burocracia ucraniana deu lugar a uma oligarquia que se aproximou do imperialismo europeu. Não foi capaz de formar uma burguesia nacional. Não teve como garantir a independência e a soberania do país. Sua república e democracia são uma caricatura.

É do interesse do imperialismo levar às últimas consequências a guerra civil. A Rússia terá de ceder. Mas qualquer que seja a solução, a unidade da Ucrânia será comprometida. E terá de se submeter como semicolônia das potências. Restabeleceu-se a mais completa opressão nacional, que começou a ser superada pela Revolução Russa.

O proletariado ucraniano se encontra desorganizado e submetido às forças restauracionistas. O proletariado europeu ainda se encontra submetido à burocracia socialdemocrata. O destino da Ucrânia, portanto, no momento, está na dependência dos interesses do imperialismo e da Rússia restauracionista. Mas a crise mundial vem impulsionando as mobilizações das massas em vários pontos da Europa. A luta de classe despertará no proletariado ucraniano a desconfiança nos objetivos das frações oligárquicas e do imperialismo. Trata-se de conquistar sua vanguarda para uma solução revolucionária da guerra civil. As armas devem se voltar contra os restauracionistas. Há que travar a luta por uma Ucrânia una, democrática, operária e camponesa. Uma Ucrânia que faça parte da luta do proletariado do continente pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Aos camaradas ucranianos que estão no Canadá!

20 de outubro de 1934 – Trotsky

Aos diretores de Robitnichi Visti

Estimados amigos:

Sigo com grande interesse e calorosa simpatia os esforços de vocês por difundir as ideias e os métodos do verdadeiro marxismo (leninismo) entre os proletários ucranianos do Canadá.

A teoria e a prática do “socialismo em um só país” se contradizem de maneira particularmente aguda com os interesses do proletariado ucraniano. O principal freio do desenvolvimento de tão dotado povo ucraniano é seu desmembramento nacional, acompanhado, no passado e no presente, por uma cruel opressão nacional por parte dos países capitalistas. Indiscutivelmente, a Revolução de Outubro deu um poderoso ímpeto ao desenvolvimento da cultura ucraniana. No entanto, o avanço das massas trabalhadoras de toda União Soviética se vê muito prejudicado pela atual burocracia, os operários e camponeses ucranianos sofrem, além disso, as consequências de seu desmembramento nacional. Que magnífica conquista seria a reunificação do povo ucraniano em uma Ucrânia Soviética! Que ampla perspectiva se abriria então para a cultura ucraniana!

Somente a revolução europeia e internacional, começando pela Polônia, poderia permitir ao povo ucraniano sua total unificação e libertação nacional.

Os operários ucranianos avançados têm menos razões do que o restante dos trabalhadores para estar de acordo com a teoria do “socialismo em um só país”. Esta teoria conservadora

não abre diante deles nem sequer a perspectiva da libertação nacional, requisito elementar da sociedade socialista. Por isso, acompanho com grande alegria os esforços de vocês por explicar aos operários ucranianos que seu destino, assim como o de todo povo trabalhador da Ucrânia, está íntima e indissolivelmente ligado não só ao da União Soviética, mas também ao da revolução proletária internacional.

Sinto muito não poder escrever-lhes esta carta em ucraniano (?). Ainda que conheça o idioma ucraniano desde minha infância e tenha deleitado com o grande Shevchenko⁽³⁾, apreendendo seus versos de memória, e ainda que posso ler seu periódico, meu vocabulário ucraniano é muito escasso para expressar-me por escrito nessa língua. Mas espero que estas linhas lhes cheguem corretamente traduzidas.

Saudações fraternais

L. Trotsky

.....

- (1) Aos camaradas ucranianos que estão no Canadá. Robitnichi Visti (Notícias Operárias), 1º de dezembro de 1934: era um periódico em idioma ucraniano que se publicou entre 1933 e 1938 em Toronto, a seção canadense da ICL. Traduzido (para o inglês) para este volume (da edição norte-americana) por Robert Vernon. As últimas posições de Trotsky sobre a Ucrânia soviética estão em Escritos 1938-1939 e 1939-1940.

Terrorismo de Estado no Egito

A classe operária mundial deve combater a ditadura sanguinária do general Abdel-Fattah al-Sissi e responsabilizar o imperialismo por sustentar a ditadura militar.

A comemoração de quatro anos de levante contra a ditadura de Hosni Mubarak, no dia 25 de janeiro de 2011, resultou na morte de 17 manifestantes. A polícia desfechou brutal repressão para impedir que partidários da Irmandade Muçulmana saíssem às ruas.

Ocorre que o golpe militar em 3 de julho de 2013 derrubou o governo eleito de Mohamed Morsi. Para vencer a resistência dos partidários da Irmandade Muçulmana, as forças da reação promoveram uma matança. Em agosto, os locais dos opositores foram invadidos pela polícia e fechados. No mês seguinte, a Irmandade foi banida, seus bens confiscados e recrudescu a perseguição aos seus membros.

Morsi está na prisão, juntamente com centenas de militantes da Irmandade. Pesa-lhe a acusação de que revelou segredos de Estado ao Catar. A ditadura pretende lhe aplicar a pena de morte como preço pago pela traição. Os verdadeiros traidores, no entanto, são os generais que submetem o Egito aos Estados Unidos.

O bandido Mubarak que matou centenas de ocupantes da Praça Tahir, por sua vez, foi absolvido pelo Tribunal da ditadura.

Na segunda feira, 2 de fevereiro, saiu a pena de morte para 183 militantes acusados de matar policiais. Há muito o Egito não tinha uma ação tão violenta do Estado contra os opositores. O que corresponde à situação convulsiva no Oriente Médio e Norte da África.

O movimento que eclodiu na Tunísia e se espalhou pela

região teve sua maior explosão no Egito. A Irmandade Muçulmana e seu Partido Liberdade e Justiça constituem uma fração conservadora do nacionalismo árabe. Morsi não levantou um dedo contra o imperialismo e o Estado sionista de Israel no pouco tempo que esteve no governo. Serviu no processo contrarrevolucionário de instrumento de negociação com os militares para afastar Hosni Mubarak sem tocar nas bases do regime autoritário que por décadas manteve as massas oprimidas, a oposição silenciada e o país submetido às potências. No entanto, a eleição de Morsi e o crescimento das forças ligadas à Irmandade não puderam ser assimilados pela casta militar que governa a serviço da feudal-burguesia e que sujeitou o Egito aos Estados Unidos em troca alguns bilhões de dólares.

O levante das massas em 2011 e o afastamento de Mubarak pareceu abrir um período de democratização. O que entusiasmou parte da esquerda centrista e revisionista, em distinta intensidade. Chegou-se a acreditar que houve uma revolução democrática. A breve experiência com as eleições parlamentares e para presidente mostrou que os explorados egípcios – principalmente a pequena-burguesia – continuaram presos à influência das Forças Armadas, que atuam por cima das classes sociais. É profunda a interpenetração dos militares e da burocracia de Estado com a feudal-burguesia, responsável por manter o brutal atraso do Egito. É ampla a conexão de interesses corporativos. É gigantesca a corrupção da casta que controla o Estado e dita a forma de governo.

O fato dos liberais (Frente Unida de Salvação) terem se

mostrado impotentes diante da ascensão das forças islâmicas (Irmandade xiita e Al-Nour sunita salafista) e terem incentivado o golpe militar demonstra que não passam de agentes do imperialismo, portanto incapazes de promover a democratização. Nutriam-se e vomitavam “direitos humanos” (doutrina ditada desde a Casa Branca). Os liberais que apregoavam maior liberdade e maior participação das mulheres na vida social, que queriam a integração da minoria, que advogavam a inclusão dos jovens na construção da democracia e que rechaçavam a teocracia dos islâmicos acabaram se juntando à ditadura. Acabaram se sujeitando ao terrorismo de Estado de Al-Sissi.

Sob a sangrenta repressão à Irmandade, as massas ficaram inertes e os liberais que queriam a democracia nada fizeram para defendê-la, tamanha tem sido sua convivência com a reação antinacional.

Os acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários trazem inestimáveis lições para o proletariado mundial e

sua vanguarda. A mais valiosa é de que somente a revolução social poderá estabelecer a democracia no Egito. Não a democracia dos exploradores e do imperialismo, mas a democracia dos explorados, dos pobres, dos famintos.

Varrendo a feudal-burguesia e apossando-se do comando da economia, o proletariado poderá abrir caminho para a superação do brutal atraso do Egito em todos os sentidos - entre os mais importantes a superação do obscurantismo religioso. Rompendo com o domínio imperialista e conquistando a autodeterminação, os egípcios retomarão o que há de melhor em suas raízes históricas civilizadoras.

A ditadura de Al-Sissi é uma ignóbil mancha que cobriu o Egito e que somente a revolução proletária será capaz de limpá-la. Pela revogação da pena de morte! Pela imediata libertação de todos os presos políticos! Pelo restabelecimento dos direitos políticos da Irmandade Muçulmana! Pela reocupação da Praça Tahir! Pela derrubada da ditadura militar! Pela expulsão do imperialismo! Viva a revolução egípcia!

Posição do marxismo diante do terrorismo

O terrorismo é uma forma de combate que teve de ser respondido criticamente pelo marxismo. Dada a importância dos atentados terroristas praticados por organizações que se reivindicam da jihad muçumana e da intervenção do imperialismo em vários países do Oriente Médio e da África sob a bandeira do antiterrorismo, a questão ganha atualidade. Nota-se que há uma confusão entre as correntes que se dizem marxistas. A condenação quase unânime ao atentado contra a revista Charlie Hebdo é sintomática. Resolvemos publicar três passagens sobre o assunto: duas de Lênin e uma de Trotsky.

No texto “Por que a socialdemocracia deve declarar guerra decidida e sem quartel aos socialistas revolucionários”. Lênin expõe seis razões. A última diz respeito ao terrorismo. Eis:

“6. Porque os socialistas revolucionários, ao preconizar em seu programa o terrorismo e difundir-lo como meio de luta política em sua forma atual, causam um dano gravíssimo ao movimento, destruindo os nexos indissolúveis entre o trabalho socialista e as massas da classe revolucionária. Nenhuma afirmação verbal, nenhum juramento pode refutar o indiscutível fato de que o terrorismo atual, tal como aplicam e o propagandeiam os socialistas revolucionários não tem a menor relação com o trabalho entre as massas, para as massas, nem está em contato com elas; que para levar a cabo atos terroristas uma organização de partido distrai as nossas forças organizativas, já por si muito escassas, de sua difícil tarefa de organizar um partido operário revolucionário, tarefa que ainda está longe de ser alcançada; que na prática o terrorismo dos socialistas revolucionários não é outra coisa senão o combate individual, método que foi inteiramente condenado pela experiência histórica (...)” (junho/julho de 1902)

Eis o que diz do texto: “Aventureirismo revolucionário”, também dedicado a combater as posições pequeno-burguesas dos socialistas revolucionários.

“(...) em sua ingenuidade, os socialistas revolucionários não se dão conta de que sua predileção pelo terrorismo guarda a mais íntima relação causal com o fato de que, desde o primeiro dia, se mantiveram e continuam se mantendo hoje à margem do movimento operário, sem aspirar sequer se transformar no partido dirigente da classe revolucionária que trava sua luta de classe (...)”. “Não devemos esquecer

que todo o movimento popular adota uma infinidade de formas, desenvolve constantemente novas formas e se desfaz das antigas; cria variantes ou novas combinações das antigas e das novas. Nosso dever consiste em participar ativamente neste processo de elaboração de métodos e meios de luta. Quando o movimento estudantil se agudizou, começamos a chamar os operários a saírem em sua ajuda (Iskra, nº2), sem nos atrevermos a prever a forma das manifestações, sem prometer que determinariam uma transferência imediata de forças, que iluminariam as mentes (...). E quando as manifestações se consolidaram, começamos a chamar sua organização e armamento das massas e colocamos a tarefa de preparar a insurreição popular. Sem negar em nada, por princípio, a violência e o terrorismo, exigimos que se trabalhasse para preparar as formas de violência que contassem com a participação direta das massas e garantissem essa participação (...)”. (Agosto de 1902) (Obras Completas, tomo VI, V. Lênin)

Trotsky, no artigo “Stalin assinou a certidão de morte da Terceira Internacional”, diz:

“Em Genebra, a URSS participou ativamente na resolução de medidas contra o terrorismo e os terroristas. O motivo foi o assassinato do rei da Sérvia. Nós marxistas sempre fomos adversários do terrorismo individual, mas também assumimos a defesa dos terroristas nacionais contra a opressão imperialista. Agora se abandonou também esta tradição elementar: a URSS se colocou na esfera das lutas nacionais como pilar da ordem estabelecida e do status quo”. (extraído da obra Escritos, tomo VI, 1934-35, vol.2)

Há sem dúvida uma identidade entre as formulações de Lênin dirigidas contra os socialistas revolucionários que se apoiavam fundamentalmente nas formas do terrorismo e o rechaço da condenação dos terroristas nacionalistas que reagiam ao domínio imperialista. Aplica-se em toda linha ao antagonismo entre o imperialismo norte-americano e europeu com as organizações terroristas da jihad. Aqueles que se dizem marxistas e que condenaram o ato de terror contra a revista Charlie Hebdo e contra as execuções levado a cabo pelo Estado Islâmico não passam de impostores. O bolchevismo foi o maior adversário do terrorismo. Mas o combate no campo da classe operária. Condenar o terrorismo no campo da burguesia é antimarxismo.